UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

SUSANA CARLA DE SOUZA FERRAZ

SÃO PAULO
2015

SUSANA CARLA DE SOUZA FERRAZ

A função dos exemplos na *Antropologia de um ponto de vista pragmático*.

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Filosofia sob a orientação do Prof. Dr. Mauricio Cardoso Keinert.

São Paulo
2015

Resumo

FERRAZ, S.C.S. A função dos exemplos na *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. 2015. 110f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

As obras frequentemente consideradas como as mais relevantes para o estudo da filosofia kantiana são as três críticas que apresentam o rigor do pensamento filosófico e marcam uma mudança de perspectiva no pensamento moderno, apontando limites e novos horizontes para o conhecimento humano. Porém, concomitantemente ao desenvolvimento destas obras encontramos outras que também são importantes para a compreensão do projeto filosófico kantiano como um todo. Destaca-se no presente projeto de pesquisa a *Antropologia de um ponto de vista pragmático* e sua relevância para o estudo da formulação da noção moral a partir da observação das ações humanas e da possibilidade de identificação e formação do “cidadão do mundo” para Kant.

Palavras-chaves: Kant, Antropologia, exemplos, cidadão do mundo, formação.

Abstract

FERRAZ, S.C.S. The function of the examples in Anthropology from a pragmatic point of view. 2015. 108f. Dissertation (Master) - Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences. Department of Philosophy, University of São Paulo, São Paulo, 2015.

The works often regarded as the most relevant to the study of Kant's philosophy are the three critical presenting the rigor of philosophical thought and mark a change of perspective in modern thought, pointing limits and new horizons to human knowledge. However, concurrently with the development of these works find others that are also important for understanding the Kantian philosophical project as a whole. Stands out in this research project Anthropology from a pragmatic point of view and its relevance to the study of the formulation of the moral sense from the observation of human actions and the possibility of identifying and training the "world citizen" to Kant.

Key-words: Kant, Anthropology, examples, world citizen, training.

“

*Agora já fugiria
De mim se de mim pudesse.
Que meo espero ou que fim
Do vão trabalho que sigo
Se trago a mim comigo
Tamanho imigo de mim?”
Sá de Miranda, Cantiga*

Aos meus amados pais
Francisca
e José.

SUMÁRIO

Introdução.....	8
Capítulo 1: Os exemplos e sua função na <i>Crítica da Razão Pura</i>.....	12
1.1. Uma análise da definição da função dos exemplos na introdução da <i>Analítica dos princípios</i>	12
1.2. Os exemplos não são garantias de uma conduta moral.....	17
1.3. As funções dos exemplos e a expectativa de realização plena da humanidade.....	20
Capítulo 2: Os exemplos dentro da Antropologia de um ponto de vista pragmático.....	39
2.1. Estrutura da antropologia.....	39
Capítulo 3: Análise dos exemplos na <i>Antropologia</i>.....	50
3.1. Os exemplos na didática.....	50
3.2. Os exemplos na caracterísitca.....	68
Considerações finais.....	87

Introdução

As obras frequentemente consideradas como as mais relevantes para o estudo da filosofia kantiana são as três críticas¹ que apresentam o rigor do pensamento filosófico e marcam uma mudança de perspectiva no pensamento moderno, apontando limites e novos horizontes para o conhecimento humano. Porém, concomitantemente ao desenvolvimento destas obras encontramos outras que também são importantes para a compreensão do projeto filosófico kantiano como um todo. Destaca-se no presente projeto de pesquisa a *Antropologia de um ponto de vista pragmático*² e sua relevância para o estudo da formulação da noção moral a partir da observação das ações humanas e da possibilidade de identificação e formação do “cidadão do mundo” para Kant.

Pretende-se nesta pesquisa a realização identificação e a análise do recurso retórico utilizado por Kant para a apresentação dos exemplos como instrumento para a formação do “cidadão do mundo”. Para tanto, serão investigados os estudos sobre retórica no século XVIII afim de apontar as influências destes e o seu reconhecimento nos elementos intrínsecos à estrutura da *Antropologia*.

Sabendo-se que a publicação de 1796 da *Antropologia* é a estruturação final para publicação daquelas aulas ministradas por Kant periodicamente desde 1772³, fica

¹ KANT, I. *Crítica da Razão Pura, Crítica da Razão Prática e Crítica do Juízo*.

² KANT, I. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Tr. Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2009. (para as citações serão utilizadas a paginação da obra original)

³ *Antropologia, Prefácio, nota 2, p.122* “Em minhas atividades de *filosofia pura*, empreendidas inicialmente de maneira livre e mais tarde a mim atribuídas como ensino, tenho ministrado ao logo de uns trinta e dois anos dois cursos referentes ao conhecimento do mundo, a saber: Antropologia (no semestre de inverno) e geografia física (no verão), aos quais, como lições populares, pessoas de outros estamentos também acharam oportuno assistir. (...)” Disso nota-se que esta obra tem uma complexidade bastante peculiar, pois atende a diversos públicos que são a ela atraídos por interesses diferentes. Cabe, ressaltar a importância da delimitação do conceito de *popular* utilizado por Kant, que se torna essencial para a compreensão dos recursos retóricos utilizados. Além do fato de que a dedicação às atividades de *filosofia pura*, primeiro tem o caráter livre, para depois ser transformada em um curso.

evidente que a estrutura desta obra não pode ser a mesma que a dos escritos críticos e das demais obras. Característica esta que marca a singularidade desta obra e a relevância do seu estudo particularizado.

Na *Antropologia*, alguns problemas são levantados, como por exemplo, a formação do ser humano como cidadão do mundo; a condição de diferenças de sexo, de raça e de comportamento; as diferenças de temperamentos; as diferentes inclinações dos indivíduos; entre outros pontos. Estas questões são relevantes para a compreensão do ser humano como ser dotado de razão, isto é, segundo Kant, como um agente livre. Porém, nesta obra o filósofo pretende uma análise global do ser humano e por isso considera particularmente a relação deste ser racional com a natureza que determina e influencia uma decisão para uma ação específica. Kant considera também a relação do indivíduo com o outro como um aspecto relevante na formação moral deste. O que marca outro ponto distintivo desta obra.

Isto posto, considerando que o objetivo da obra é apresentar a ideia do homem como “Cidadão do mundo” do ponto de vista do conhecimento do “que ele faz de si mesmo, ou pode e deve fazer como ser que age livremente”⁴, tem-se como norteador para esta proposta de pesquisa, a perspectiva do mundo como fonte de saber sobre o homem na medida em que ele está indissociável das formas da espontaneidade do espírito.

Nesta perspectiva, este projeto propõe uma investigação da estrutura retórica aplicada à obra, com ênfase na análise dos exemplos apresentados por Kant na *Antropologia*, a fim de identificar as intenções e motivações na utilização deste recurso. Nota-se inicialmente que alguns dos exemplos kantianos são recorrentes em outras

⁴ *Antropologia*, Prefácio, p. 119.

obras. O que aponta para uma relação desta obra com as demais numa observação da afirmação e reafirmação das noções intrínsecas às ideias apresentadas nesta obra para o corpo filosófico kantiano.

As obras que servirão de referência para a investigação pontual da retórica utilizada por Kant serão, inicialmente, a *Introdução à retórica* de Reboul⁵ e o *Manual de retórica*⁶ de Plebe. Estas obras apresentam um material bastante rico sobre a história da retórica, seus fundamentos e sua estrutura. Elementos estes essenciais para a compreensão dos recursos retóricos utilizados pelo filósofo.

No momento seguinte pretende-se focar a pesquisa nas *Meditações filosóficas sobre alguns tópicos referentes à essência do poema* de Baumgarten, assim como os demais textos presentes na obra *Estética, a lógica da arte e do poema* do mesmo autor. As *Meditações*, especificamente, serão de grande importância para identificar as influências e/ou as reações kantianas à estrutura da retórica apresentada por Baumgarten. O destaque a esta tese de doutorado de Baumgarten se dá por considerarmos que esta é uma obra de referência no que tange o estudo da retórica no século XVIII.

Desta forma, a relevância da pesquisa aqui proposta está na abordagem direta da *Antropologia* como uma obra de referência para o conhecimento do fundamento da filosofia moral kantiana, na identificação de sua noção de mundo e a formação do “cidadão do mundo”. Nesta obra, o cidadão do mundo é o ponto de partida para um estudo mais aprofundado das capacidades e das limitações humanas, sendo o conhecimento do homem indissociável do conhecimento do mundo. Para atingirmos o

⁵ PLEBE, A. Manual de retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

⁶ REBOUL, O. Introdução à retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

nosso objetivo de compreender e identificar os objetivos intrínsecos aos exemplos utilizados pelo filósofo é, portanto, essencial a dedicação ao estudo da retórica como recurso para a formação do cidadão do mundo como agente livre.

Capítulo 1:

Os exemplos e sua função na *Crítica da Razão Pura*.

1.1. Uma análise da definição da função dos exemplos na introdução da *Analítica dos princípios*.

A presença dos exemplos na *Crítica da Razão Pura* (1781) é reduzida a alguns exemplos muito pontuais. Como os das *Antinomias da Razão Pura*. Divididos em tese e antítese, os exemplos são analisados em sua construção racional.

Kant, no prefácio à primeira edição desta primeira Crítica, justifica o porquê do uso de exemplos e também, já aponta para a função destes dentro de sua obra. Além disso, faz uma divisão de públicos, definindo qual é o seu público alvo.

Vejamos:

“Os exemplos e as explicações pareciam-me sempre necessários e no primeiro esboço apresentaram-se, de facto, nos lugares adequados. Contudo, bem depressa vi a grandeza da minha tarefa e a multidão de objetos de que tinha de me ocupar e, dando conta de que, expostos de uma forma seca e puramente escolástica, esses objetos dariam extensão suficiente à minha obra, não me pareceu conveniente torna-la ainda maior com exemplos e explicações, apenas necessários de um ponto de vista popular; tanto mais que essa obra não podia acomodar-se ao grande público e aqueles que são cultores da ciência não

necessitam tanto que se lhes facilite a leitura, coisa sempre agradável, mas que, neste caso, poderia desviar-nos um pouco do nosso fim em vista.” (CRP, p 9)

Dediquemo-nos a esse excerto a fim de localizar o lugar e a função dos exemplos. Primeiramente, identificamos que os exemplos tem a função de facilitar o entendimento daquilo que se quer expressar. Veremos adiante, no capítulo 2, que tal hipótese não procede, dado que o exemplo amplia as possibilidades de interpretação.

Outro ponto interessante é que Kant em seus esboços se utiliza de exemplos. Ora, esses exemplos certamente servem de recurso para o embasamento de seus argumentos. Essa perspectiva é extraída da efervescência científica acompanhada e vivida por Kant, em suas leituras, discussões e cursos por ele ministrados. Desta forma, o exemplo agiria com a função de experiência que justifica uma inferência.

Disso, temos outro ponto relevante. Para Kant esses exemplos, nos seus esboços, são tão claros e até mesmo óbvios, que aquele que cultiva a ciência não necessita de demonstração. Para este basta a alusão contida nas definições e nas análises.

Já para aqueles que não gozam do interesse científico, esta obra não tem a finalidade de facilitar o entendimento. Em outras palavras, esta *Crítica* não é voltada para o público geral. Seu público é composto por aqueles que cultivam a ciência.

Com isso, temos que para Kant, os exemplos são ferramentas importantes para o desenvolvimento de um trabalho científico, apesar de não figurar como recurso de divulgação deste.

Além dessa delimitação de público alvo da CRP, temos outro momento em que o exemplo aparece em destaque.

Na *Analítica dos princípios* encontramos o que podemos chamar de definição da função dos exemplos: *Aguçar a faculdade de julgar, tal é a grande e única utilidade dos exemplos.* (CRP, p 178)

Para que compreendamos a relevância desta definição, temos que considerar que os exemplos apresentam dupla função no excerto do prefácio analisado. Por um lado, o exemplo figura como uma experiência para um cientista e como uma explicação para o público em geral. Cabe, analisarmos quais as condições para cada uma dessas funções.

Vejamos:

“..., embora a escola possa preencher um entendimento acanhado e como que nele enxertar regras provenientes de um saber alheio, é necessária ao aprendiz a capacidade de se servir delas corretamente e nenhuma regra, que se lhe possa dar para esse efeito, está livre de má aplicação, se faltar tal dom da natureza. Assim um médico, um juiz, um estadista podem ter na cabeça excelentes regras patológicas, jurídicas ou políticas, a ponto de serem sábios professores nessas matérias e todavia errar facilmente na sua aplicação (...) ou então por não se prepararem suficientemente para esses juízos com exemplos e tarefas concretas.” (CRP, p 177-178)

Certamente, com o excerto acima, temos que o público para o qual Kant se volta não pode ser formado por indivíduos que saibam plenamente as regras e as estruturas das ciências, mas sim que seja capaz de identificar essas regras e teorias em situações

observáveis. Os exemplos neste caso permitem uma ampliação do raio de ação da regra, pois amplia as possibilidades de sua aplicação.

Ou seja, na formação o indivíduo pode receber diretamente dos seus mestres um conjunto de regras que se aplicadas corretamente, atentando para condições específicas, atingirão o resultado esperado, porém para por aí o desenvolvimento deste indivíduo, fazendo-o um mero aplicador de regras. Ou seja, a *faculdade de julgar*, neste caso, não é estimulada e sim “abastecida” de regras.

“Assim, um médico, um juiz, um estadista podem ter na cabeça excelentes regras patológicas, a ponto de serem sábios professores nessas matérias e todavia errar facilmente na sua aplicação, ou porque lhes falte o juízo natural (embora lhes não falte o entendimento) e, compreendendo o geral in abstrato, não sejam capazes de discernir se nele se inclui um caso in concreto ou então também por se não prepararem suficientemente para esses juízos com exemplos e tarefas concretas.” (CRP, p. 178)

Do exposto destacamos que na *Antropologia* Kant não apresenta um compêndio de regras a serem seguidas, ao invés, ele reúne uma gama de exemplos diversos dos quais não é possível extrair uma determinação da ação necessariamente adequada. De início, podemos inferir que esses exemplos se comportam como meios para atingir um resultado esperado.

Em outras palavras, para o cientista formular suas teorias ele precisa - considerando o desenvolvimento científico contemporâneo a Kant - observar os eventos, colher relatos de outros indivíduos sobre os eventos e finalmente extrair daí

algo que se apresenta como regra e estrutura. Com isso, o cientista pode aplicar e testar sua teoria quantas vezes forem necessárias para garantir sua validade. Ora, apesar da aparente infinidade de possibilidades, se o cientista considerar apenas a regra pela regra, certamente ele estará limitando o seu campo de atuação. Porém, se ele extrair de suas experiências, mais do que aquilo que figura em comum ele poderá ampliar a aplicação da regra em situações em que aparentemente elas não se encaixariam. O que nos leva a afirmar que sem os exemplos sequer haveria a possibilidade de avanço científico.

É possível inferir que neste caso o exemplo tem a função de permitir a visualização de diferentes possibilidades de aplicação da regra e de possibilidades de aplicação de diferentes regras em situações semelhantes.

Com isso, temos que os exemplos ampliam as possibilidades. No entanto, para que esse exercício seja possível, não basta receber regras *provenientes de um saber alheio* (CRP, 177), *é necessária ao aprendiz a capacidade de se servir delas corretamente* (idem). Kant está afirmando que as regras são importantes para o entendimento, mas a atuação do entendimento está intimamente atrelada a atuação da faculdade de julgar. Trata-se portanto, de um ponto de ligação entre a materialidade do indivíduo e a razão.

Tomemos um exemplo presente na CRP:

“Mudança é a ligação de determinações contraditoriamente opostas entre si na existência de uma só e mesma coisa. Mas, como é possível, que de um dado estado de uma coisa derive para a mesma coisa outro estado, oposto ao primeiro? Não só razão alguma pode tornar compreensível para si mesma, sem exemplos, a possibilidade de a dado estado de uma

coisa suceder outro, oposto ao primeiro, (...). O verdadeiro fundamento disto é que toda mudança pressupõe algo de permanente na intuição, para poder ser percebida como mudança e que no sentido interno se não encontra qualquer intuição permanente” (CRP p.254, grifo nosso)

Independentemente do conteúdo do exemplo – que não será objeto de investigação na presente dissertação – temos o destaque para a importância dos exemplos para identificar, no caso, a *mudança*. Segundo Kant, o puro exercício da razão não é capaz de identificar as mudanças, aparentemente contraditórias, nas coisas. É necessário que a própria razão seja munida de exemplos e intuições para que ela (a razão) possa *representar, de maneira figurada, por uma linha, o tempo, como a forma do sentido interno, e representar a mudança interna pelo traçado dessa linha, e por conseguinte a nossa própria existência sucessiva em diferentes estados, por uma intuição externa.*” (CRP, p. 254) Neste caso, o exemplo vivido ou não, atua como um instrumento que permite revisitar situações vividas e submetê-las à análise.

1.2. Os exemplos não são garantias de uma conduta moral.

Agora que já vimos a definição da função do exemplo na CRP, veremos como nesta mesma Crítica temos um apontamento muito rico para compreendermos o efetivo papel dos exemplos para Kant.

Na *Doutrina transcendental do método*, em sua segunda seção *A disciplina da razão pura relativamente ao seu uso polêmico*, temos a seguinte afirmação:

“Há na natureza humana um certa insinceridade que no fim das contas, como tudo o que vem da natureza, deve conter uma disposição para bons fins. Quero referir-me à inclinação que temos para esconder os verdadeiros sentimentos e manifestar certos outros, considerados bons e honrosos. É muito certo que os homens, por esta inclinação tanto para ocultar os sentimentos como para tomar uma aparência que lhes seja vantajosa, não só se civilizaram, como pouco a pouco, em certa medida, se moralizaram, pois não podendo ninguém penetrar através do disfarce da decência, da honorabilidade e da moralidade, encontra cada qual nos pretensos bons exemplos, que vê a sua volta, uma escola de aperfeiçoamento para si próprio.” (CRP p.602 grifo nosso)

Deste excerto, temos que a boa convivência social é possível por meio de aparências. Aprende-se as relações sociais através dos exemplos observados. Não se trata de uma observação científica como anteriormente observado. Aqui temos uma observação de como certas atitudes são vistas de forma mais valorosa que outras e a inferência de que “copiá-las” é a melhor forma de conquistar uma posição de destaque, ou ao menos, de inclusão.

Ora, a condição de “aprendizado” com os exemplos observados imprime também o papel artificial da moralização. Segundo Kant, isso traz à tona a característica da natureza humana de *uma certa insinsceridade*. No entanto, esse aspecto tende a um “bom fim”, ao qual a natureza destina o homem. Ou seja, a característica a princípio desonrosa do homem pode levá-lo a realização da finalidade da humanidade.

Para Kant, por mais que a natureza tenha feito o homem dotado de características como a *insociável sociabilidade*, destacada nas *Ideias de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, e a já referida *insinceridade*. Tais características, se administradas, servirão à humanidade para a realização de seu fim. Em outras palavras, Kant não acredita que uma vida de aparência seja a mais desejada. No entanto, essa forma de vivenciar a sociedade, ao longo do tempo – esclarecimento – levará a uma análise crítica do proceder e culminará na ação verdadeiramente consciente.

Vejamos:

“Simplesmente essa disposição para se fazer passar por melhor do que se é, e a exteriorizar sentimentos que não se possui serve apenas provisoriamente para despojar os homens da sua rudeza e fazer-lhes tomar, pelo menos ao princípio, as maneiras do bem que conhece; porque seguidamente, logo que os princípios legítimos se desenvolveram e se transformaram e modos de pensar, essa falsidade deve, pouco a pouco ser combatida com vigor, pois de outra maneira corrompe o coração e abafa os bons sentimentos debaixo da erva daninha da boa aparência.” (idem)

Com isso, temos algo muito importante para esta pesquisa. Kant considera que a formação da moralidade de fato passa pela instrução ou formação. Essa formação tem

como instrumento significativo o exemplo, pois é através dele que é possível ter um primeiro contato com uma conduta adequada.

Neste exemplo do excerto, temos que o exemplo é apresentado como um modelo de conduta acatado por toda a sociedade como ação boa e correta. Mas o que é o objeto de estudo dessa dissertação são exemplos apresentados numa sala de aula para os interessados numa ciência que está nascendo, a antropologia.

Os exemplos na *Antropologia* são descrições de condutas de diversos indivíduos de diversas nacionalidades e culturas. Certamente, não é a própria conduta que estará em questão, mas sim o quanto elas expressam características comuns e portanto observáveis.

Mas o fato de acompanhar o curso, ou ainda, o fato de ler atualmente a *Antropologia*, não garante o pleno conhecimento das ações humanas e também não garante o bom discernimento entre o que é certo ou errado.

1.3. As funções dos exemplos e a expectativa de realização plena da humanidade.

Podemos afirmar que a Filosofia kantiana tem por característica o rigor. Um rigor estrutural e objetivo. As obras críticas são as maiores expressões desse aspecto. Porém há outras obras que não atendem a esta estrutura, mas assumem um papel significativo na totalidade da filosofia kantiana. Dessas obras destacamos no presente estudo a *Antropologia de um ponto de vista pragmático* que tem por característica mais

expressiva o fato de ser um “instantâneo”⁷ do processo pedagógico kantiano. Trata-se de uma compilação de exemplos dispostos numa estrutura que pode ser ou não relacionada diretamente com as obras críticas.

A presente dissertação pretende uma abordagem direta dos exemplos, independentemente da estrutura da obra corresponder ou não à estrutura crítica. Consideraremos os exemplos apresentados investigando sua importância dentro da obra e sua relevância para a concretização do projeto filosófico kantiano.

Podemos afirmar que os exemplos exprimem uma intenção uma vez que foram escolhidos para ficarem registrados. Eles assumem um papel significativo num livro que pretende proporcionar o conhecimento comparável ao conhecimento de um indivíduo que percorre o mundo através de viagens⁸ por lugares, com povos e costumes diferentes mesmo sem ter saído de sua terra natal, a exemplo do próprio Kant. Por essas peculiaridades consideramos que a análise dos exemplos é de suma importância para identificar essa sua intenção tanto nesta obra quanto na concretização do seu projeto⁹.

Primeiramente verificaremos a relevância do exemplo como forma de conhecimento em Kant, para depois observar como esse instrumento didático – o exemplo – pode ser aplicado na formação do cidadão do mundo.

⁷ Uso esse termo para destacar a precisão com que Kant delimita o conteúdo e a estrutura da *Antropologia* como obra a ser publicada. Lembrando que segundo o autor, este livro é um resultado de um curso “ministrado ao longo de trinta anos” “no semestre de inverno”. (*Antropologia*, nota 2, p 23) Portanto, é provável que tenha sofrido diversas alterações neste período.

⁸ “Viajar, ainda que seja apenas pela leitura de relatos de viagens é um dos meios de ampliar o âmbito da antropologia.” (*Antropologia*, p.22) Na nota 1, Kant faz referência como um vasto conhecimento pode ser adquirido “mesmo sem viajar”. Consideramos que Kant pretende elaborar uma obra tal que contribua para esse conhecimento. Porém, não se trata de um relato, mas sim junções de relatos e informações diversas às quais não podemos assegurar veracidade. E neste ponto o nosso estudo se faz importante, pois pretendemos identificar uma intenção de formação daquele que tem contato com a *Antropologia*.

⁹ Ao nos referirmos ao projeto filosófico Kantiano, nos apoiamos nas relações entre suas diversas obras. Destacamos o ponto que transita entre a aplicação teórica e a aplicação prática como vemos no Prefácio à *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*: “por outro lado, eu exijo, para que a Crítica de uma razão pura prática possa ser acabada, que se possa demonstrar simultaneamente a sua unidade com a razão especulativa num princípio comum.”

Passemos à observação da relevância do *exemplo* para Kant. Tomaremos como referência a *Crítica da Razão Pura*, obra na qual o *exemplo* é descrito de forma objetiva, apontando sua função.

Kant apresenta na *Crítica da Razão Pura* a “diferença entre conhecimento puro e conhecimento empírico.”¹⁰ (CRP, p. 36) Neste tópico é expresso como a nossa capacidade de conhecer funciona: “efetivamente, que outra coisa poderia despertar e pôr em ação a nossa capacidade de conhecer senão os objetos que afetam os sentidos e que, por um lado, originam por si mesmos as representações e, por outro lado põem em movimento a nossa faculdade intelectual e levam-na a compará-las, ligá-las, ou separá-las, transformando assim a matéria bruta das impressões sensíveis num conhecimento que se denomina experiência?”¹¹ (CRP, p. 36)

Disso destacamos que a *faculdade intelectual* é posta em movimento por objetos que afetam os sentidos, o que nos fornece uma pista importante na nossa análise dos *exemplos*. Partindo da ideia de que os *exemplos* são objetos externos apresentados oralmente ou por ilustração, ou ainda, por situações vivenciadas e observáveis, podemos afirmar que eles não fornecem por si só modelos a serem seguidos uma vez que a reprodução desta situação, tal e qual, nem sempre se mostra possível. Por essa característica eles possibilitam diversas comparações, ligações ou separações entre diversos outros estímulos. Trata-se, portanto, de inúmeras possibilidades de solução de um problema. Uma solução que depende de diversas variáveis. Desta forma, aquele que observa uma determinada situação, certamente efetuará seu julgamento segundo uma hipótese do que seria o ideal.

¹⁰ CRP Introdução (B), p. 36.

¹¹ CRP Introdução (B), p. 36.

A noção de ideal, neste caso, viria de uma percepção de que alguns critérios devem ser atendidos. Um dos critérios que podem ser utilizados é o progresso da civilização. Na ocorrência de uma situação semelhante à situação exemplificada o indivíduo poderá julgar que solução seria adequada para o desenvolvimento positivo da civilização.

A *faculdade intelectual* é aquela que se estimulada proporciona ao indivíduo uma ampliação das possibilidades de conhecimento. Isso nos leva a inferir que uma vez que essa faculdade é posta em atividade é possível que o indivíduo seja capaz de encontrar maneiras de se relacionar com o mundo e com o outro de uma forma mais livre¹². Pois a partir desses estímulos a ele é dada a possibilidade de apontar novos conhecimentos e soluções para velhos e novos problemas teóricos e morais.

Disto temos que uma vez estimulada, no presente caso, por exemplos, a *faculdade intelectual*, poderá, segundo Kant, apontar outras possibilidades para uma situação particular. Constatamos isso com mais precisão na *Crítica da Razão Pura* na analítica dos princípios.

“Aguçar a faculdade de julgar, tal é a grande e única utilidade dos exemplos.” (CRP, p. 178)

A principal função dos exemplos é, portanto: “aguçar a faculdade de julgar”. Esta faculdade está relacionada tanto aos aspectos teóricos quanto aos aspectos práticos da filosofia kantiana. Desta forma, com o estímulo da *faculdade de julgar* temos tanto a possibilidade de um conhecimento concreto quanto a possibilidade de realizar um julgamento moral. Pois é justamente à *faculdade de julgar* que cabe “a capacidade de

¹² A liberdade aqui se apresenta pelo fato de que o pensamento não está restrito às condições empíricas de sua realização. No entanto, o pensamento, por sua liberdade permitirá uma outra abordagem da realidade oferecendo-lhe novas possibilidades.

subsumir a regra, isto é discernir se algo se encontra subordinado a dada regra ou não.” (CRP, p 177) A regra dada, quer seja pelo *entendimento* ou de forma externa, somente encontra validade na *faculdade de julgar*, uma vez que é à esta faculdade que a lógica se submete e não o contrário. Com isso o que se destaca é que justamente “a *faculdade de julgar* é um talento especial, que não pode de maneira nenhuma ser ensinado, apenas exercido.” (CRP, p 177)

Esse exercício da *faculdade de julgar* está intimamente ligado às ações dos homens. São algumas dessas ações emblemáticas que vemos relatadas como exemplos na *Antropologia*, cuja proposta é o conhecimento *pragmático* a partir do que o homem “faz de si mesmo, ou pode e deve fazer como ser que age livremente” (*Antropologia*, p.21)

Na *Crítica da Razão Pura*, vemos que a finalidade dessas ações é a *felicidade*. E sendo este o mote de toda a ação humana a razão não opera fornecendo leis puras para ação limitada do ser humana, mas sim leis *pragmáticas* que possibilitem a liberdade nas ações humanas. E considerando que

“Prático é tudo aquilo que é possível pela liberdade. Mas, se as condições de exercício do nosso livre arbítrio são empíricas, a razão só pode ter, nesse caso, um uso regulador e apenas pode servir para efetuar a unidade de leis empíricas; assim, na doutrina da prudência, a unificação de todos os fins, dados pelas nossas inclinações num fim único, a *felicidade*, e a concordância dos meios para a alcançar constituem toda a obra da razão que, para esse efeito, não pode fornecer outra coisa senão leis pragmáticas da nossa livre conduta, próprias para nos alcançarem os fins

recomendados pelos sentidos, mas de modo nenhum leis puras completamente determinadas a priori.” CRP A 800 / B 828

temos que o ponto convergente da ação humana é a satisfação no que tange o alcance da *felicidade*. Porém, esse anseio pela *felicidade* parece estar intimamente ligado à noção de *liberdade* como realização plena do ser racional. Ora, as ações livres registradas na *Antropologia* são ações que consideram o que o homem faz de si mesmo e ainda o que pode e deve fazer. Essas condições apontam para o fato de que o homem recebe as consequências – benéficas ou não – de suas ações e que ainda precisa atentar para o que lhe é possível e o que é devido, considerando a sua condição de ser racional.

Considerar essas condições é mais uma pista para a análise da intenção kantiana em relação aos *exemplos*. Pois nesses exemplos não vemos situações isoladas. Cada qual pode se deparar com essas situações em diversos momentos. Ouso afirmar que muitos desses exemplos são atemporais. E como tal eles cumprem a sua função: “aguar a faculdade de julgar”.

Mas não podemos afirmar que a função dos exemplos na *Antropologia* seja tão simples assim. Há neste conjunto, como já dissemos, uma intenção que primeiramente podemos identificar que pretende, à luz do progresso científico, garantir um progresso da civilização rumo à realização plena do homem.

Um dos exemplos presente na *Antropologia* que corrobora com essa noção é o que segue:

“Os gritos que uma criança recém-nascida faz ouvir não têm o tom de queixa, mas o da indignação e de uma explosão de cólera, não porque sinta alguma dor, mas porque algo a contraria, provavelmente porque quer se mover e sente sua incapacidade de fazê-lo como grilhões que lhe tolhem a liberdade. – Qual pode ser a intenção da natureza ao fazer a criança vir ao mundo aos gritos, o que é para ela mesma e para mãe, no *rude estado da natureza*, um extremo perigo? Pois um lobo, um porco mesmo, seriam atraídos a devorá-la na ausência da mãe ou no esgotamento das forças desta pelo parto. Nenhum animal além do homem (como ele é agora) anunciará ruidosamente sua existência ao nascer, o que parece estar assim disposto pela sabedoria da natureza para conservar a espécie. É necessário, pois, supor que, nessa classe de animal, tal manifestação da criança ao nascer ainda não ocorria numa época primeira (a saber, no tempo da rudeza), que, portanto, só mais tarde sobreveio uma segunda época, quando ambos pais chegaram àquela cultura necessária à vida doméstica, sem que saibamos como nem por que causas coadjuvantes a natureza realizou semelhante evolução. Essa observação conduz mais além, por exemplo, a pensar se, por grandes revoluções naturais, uma terceira época não poderia se seguir ainda à segunda, quando um orangotango ou um chimpanzé tivesse seus órgãos que servem para caminhar, tocar os objetos e falar formando a estrutura de um homem, cujo interior conteria um órgão para uso do entendimento

e se desenvolveria gradualmente por meio da cultura social.”
(*Antropologia*, p.222 nota 192)

Nesta nota, vemos que Kant destaca uma característica do comportamento humano observado com naturalidade. O grito da criança ao nascer é uma ação esperada com ansiedade por todos a sua volta. Porém, se considerarmos que esta ação ocorria tal e qual no “tempo da rudeza”, seria difícil garantir o desenvolvimento da espécie. No entanto, supondo que o grito era contido ou até mesmo inexistente, temos uma condição menos vulnerável para o desenvolvimento do ser humano.

Com isto, temos que a visão de que ser humano progride pelo uso da razão é o ponto de partida da análise kantiana. Este também é o seu objetivo, ou seja, afirmar que esse progresso é um movimento contínuo do homem, não mais em função apenas de sua preservação, mas de sua realização plena como espécie.

Neste exemplo da criança, Kant demonstra que é a *razão* que por suas faculdades permite ao homem superar as limitações físicas e se afirmar no mundo como espécie “dominante”. Hoje, como o homem é agora com a civilização, é permitido e esperado que a criança anuncie o seu nascimento a plenos pulmões. Isso mostra claramente que a ideia de desenvolvimento cultural está intimamente atrelada à ideia de desenvolvimento da humanidade e que conseqüentemente é necessário o processo de formação daquele que será o “cidadão do mundo”.

Cabe aos processos de formação deste homem civilizado a garantia de que os erros cometidos sejam evitados e que os acertos sejam inspirações para ações futuras ainda melhores. Ou seja, se todos tivessem que aprender pela experiência que, se no momento do nascimento, o grito da criança funciona como um alarme para os outros animais, não poderíamos considerar em nenhum momento uma ideia de

desenvolvimento do homem e tão pouco o desenvolvimento da humanidade como um todo. Porém, se considerarmos que desde os primórdios tempos da rudeza os seres humanos, por sua racionalidade, fossem capazes de observar e agir tendo em vista a garantia da preservação de sua vida e consequentemente de sua espécie, podemos acompanhar Kant em seu raciocínio e imaginar como sendo possível até mesmo o que ele chama de uma “terceira revolução”.

Considerando que o exercício da *faculdade de julgar* é o que permitirá um avanço, ou com as palavras de Kant, um “progresso”¹³ rumo a esta realização, o conhecimento do mundo é um grande facilitador, pois

“Conhecer, pois, o ser humano segundo sua espécie, como ser terreno dotado de razão, merece particularmente ser chamado de conhecimento do mundo, ainda que só constitua uma parte das criaturas terrenas.” (Antropologia, p. 21)

Ainda sobre a *faculdade de julgar*, temos que ela dá ao *entendimento* regras formais do seu uso, mas para o emprego correto dessas regras deve haver uma instrução por parte da faculdade de julgar. “assim se manifesta que o entendimento é, sem dúvida, susceptível de ser instruído e apetrechado por regras, mas que a *faculdade de julgar* é um talento especial, que não pode de maneira nenhuma ser ensinado, apenas exercido.” (CRP, p. 177)

Disso temos que para realizarmos uma leitura dos exemplos utilizados por Kant, é necessário compreender claramente que a *faculdade de julgar* uma vez acurada faz com que o uso do entendimento também o seja. Para tanto, o que salta aos olhos é que

¹³ *Antropologia*, Prefácio, 119

tal faculdade não é ensinada, ou seja, ela não é apetrechada de regras como o é o entendimento, ela é também despertada a partir de experiências que lhe são apresentadas na forma dos exemplos.

“Porque, embora a escola¹⁴ possa preencher um entendimento acanhado e como que nele enxertar regras proveniente de um saber alheio, é necessária ao aprendiz a capacidade de se servir delas corretamente e nenhuma regra, que se lhe possa dar para esse efeito, está livre de má aplicação se faltar tal dom da natureza.” (CRP, p. 177-178)

Ou seja, na formação o indivíduo pode receber diretamente dos seus mestres um conjunto de regras que se aplicadas corretamente, atentando para condições específicas, atingirão o resultado esperado, porém para por aí o desenvolvimento deste indivíduo, fazendo-o um mero aplicador de regras. Ou seja, a *faculdade de julgar*, neste caso, não é estimulada e sim “abastecida” de regras.

“Assim, um médico, um juiz, um estadista podem ter na cabeça excelentes regras patológicas, a ponto de serem sábios professores nessas matérias e todavia errar facilmente na sua aplicação, ou porque lhes falte o juízo natural (embora lhes não falte o entendimento) e, compreendendo o geral in abstrato, não sejam capazes de discernir se nele se inclui um caso in concreto

¹⁴ Tomaremos o termo “escola” no sentido de um sistema de pensamento. Desta forma, entendemos que a escola à qual Kant faz referência é todo sistema de pensamento que visa a obtenção de conhecimento, porém apresenta ao discípulo as regras mas não o estimula a encontrar novas possibilidades.

ou então também por se não prepararem suficientemente para esses juízos com exemplos e tarefas concretas.” (CRP, p. 178)

Do exposto destacamos que na *Antropologia* Kant não apresenta um compêndio de regras a serem seguidas, ao invés, ele reúne uma gama de exemplos diversos dos quais não é possível extrair uma determinação da ação necessariamente adequada. De início, podemos inferir que esses exemplos se comportam como meios para atingir um resultado esperado.

Os exemplos ali apresentados não aparecem ao acaso. Há um mote explícito: o conhecimento do homem do ponto de vista pragmático.

Vemos que o que é posto como teoria na *Crítica da Razão Pura* aparece como ato na *Antropologia*. Uma vez que a estrutura desta última, permeada de exemplos, não garante um conhecimento específico, mas proporciona a possibilidade de extrair ações adequadas visando o progresso da civilização.

“Todos os progressos na civilização, pelos quais o homem se educa, têm como fim que os conhecimentos e habilidades adquiridos sirvam para o uso do mundo, mas no mundo o objeto mais importante ao qual o homem pode aplicá-lo é o ser humano, porque ele é seu próprio fim último.”¹⁵

Disso, toda a ação humana que busca o conhecimento e o desenvolvimento de habilidades deve voltar-se como benefício para o próprio homem tendo como finalidade

¹⁵ *Antropologia*, prefácio, 119. Ao considerarmos este excerto, temos que o conhecimento que o ser humano adquire de si mesmo deve ser usado para o seu próprio desenvolvimento, portanto se utilizar das ações humanas tais como elas são descritas em exemplos levaria a um aprimoramento dessas ações. Lembrando que a finalidade é sempre o próprio homem.

do desenvolvimento da humanidade. Neste caso, o meio para o desenvolvimento da humanidade é o progresso da civilização, na mesma medida em que o homem, como afirmado na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, “não é uma coisa; não é portanto um objeto que possa ser utilizado *simplesmente* como um meio, mas pelo contrário deve ser considerado sempre em todas as suas acções como fim em si mesmo.” (FMC p. 70) Desta forma, as acções dos homens podem ser observadas e repensadas a todo momento, visando o desenvolvimento do próprio ser humano.

Disto, um conhecimento do ser humano de um ponto de vista pragmático levará ao conhecimento do homem enquanto espécie e do mundo enquanto totalidade. Lembrando que este conhecimento tem por característica a dinâmica da *faculdade de julgar*, promovendo uma diversidade de acções contingentes, tendo em vista o progresso da civilização.

Uma vez identificado que os exemplos não são recursos isento de direcionamento, vemos a importância de ressaltar o quão problemática pode ser a má aplicação dos exemplos.

“no tocante ao rigor e precisão dos conhecimentos do entendimento, os exemplos são, geralmente, mais prejudiciais que vantajosos, porque é raro cumprirem adequadamente a condição da regra (...) e enfraquecem, além disso, muitas vezes, o esforço do entendimento para apreender, em toda a suficiência, as regras em geral e independentemente das condições particulares da experiência, de tal modo que, por fim, nos habituamos a usá-las mais como fórmulas do que como princípios.” (CRP, p. 178).

As regras são necessárias para o *entendimento*. Porém, os *exemplos*, para o *entendimento*, assumem um papel danoso por possibilitarem que o rigor da regra seja quebrado. Por isso, não cabe ao entendimento o exame dos exemplos. Por outro lado, estes são fundamentais para a *faculdade de julgar* justamente por orientar a aplicação da regra em cada caso. Quando os exemplos são empregados de forma inadequada no *entendimento* isso possibilita que estes sejam tomados como regras em si mesmos, erro grave que impede a aplicação da regra de forma universal e que torna impreciso o resultado esperado.

Os exemplos, portanto, não podem ser utilizados sem critérios. Eles precisam primar por uma clareza de ideias e apontar para um objetivo. Caso contrário pode gerar uma má compreensão e uma aplicação inadequada¹⁶. Lembrando que os exemplos não são tomados pelo *entendimento* como regras, mas uma vez que a *faculdade de julgar* os toma como regra aí se estabelece a possibilidade do equívoco.

É possível verificar quão danoso pode ser se tomarmos um exemplo como regra através de um dos exemplos da *Antropologia*:

“Foi assim que, no caso de uma pessoa que, por estar condenada à prisão, matou de desespero um filho, um certo juiz a declarou louca e, portanto, livre da pena de morte. – Pois dizia ele: quem de falsas premissas infere conclusões verdadeiras, está louco¹⁷. Ora, aquela pessoa admitia como princípio que a pena de prisão é uma desonra indelével, pior que a morte (o que entretanto

¹⁶ O inadequado se refere à intenção contida no exemplo.

¹⁷ O juiz entende que a mulher certamente estava louca porque esta acreditou que era preferível que seu filho morresse ao invés de ter que conviver com a desonra de ter uma mãe presa. O erro aqui se apresenta pelo fato da mãe tomar como regra –lógico- algo que na verdade está submetido ao tempo, aos costumes, portanto, às circunstâncias. Neste caso, o juiz a declara louca e a deixa livre. Outro erro, segundo, Kant uma vez que esta regra, se aplicada em outros casos, liberaria facilmente muitos outros criminosos de suas penas pela alegação de loucura.

é falso), chegando daí à conclusão de que merecia a morte. – Por conseguinte, estava louca e, como tal, a pena de morte deveria ser anulada. – Com base nesse argumento seria bem fácil declarar loucos todos os criminosos, de quem se deveria ter pena e a quem se deveria curar, mas não castigar. (Antropologia nota 85, p. 112)”

Temos do excerto acima uma ótima demonstração de como é possível fazer de um exemplo uma regra ignóbil. Afirmar que de um caso particular devemos inferir necessariamente uma “sentença” universal é fazer uma leitura muito rasa dos exemplos kantianos. Não temos aqui um ensinamento rigoroso de como uma mãe deve proceder ao ser condenada, nem como o juiz deve julgar tal mulher, mas sim a expressão de como os erros de um raciocínio lógico aplicado a um julgamento circunstancial pode ser levado a uma conclusão bastante imprecisa.

Podemos identificar que, no presente caso, Kant aponta justamente para esse problema. Dada uma variável – com a condenação, a pessoa mata seu filho num ato desesperado – nem todos matam seus filhos quando são condenados, tão pouco poderíamos afirmar que, cedo ou tarde tais pessoas cometeriam tal atrocidade. E ainda tão pouco poderíamos afirmar que dessa situação teríamos a regra de que para ser absolvida a mãe necessariamente deve matar seu filho. Porém, se considerarmos esse ato singular de uma mãe desesperada, podemos inferir que mães que tenham um senso moral – socialmente falando – não admitiriam que seus filhos sejam expostos a uma realidade tão perversa e tentariam de diversas formas pouparem os seus filhos. Mesmo com esta leitura, não é possível fechar tal exemplo como regra, pois teríamos a variável da formação, da personalidade, do futuro etc.

Sem a ação da *faculdade de julgar* munida de informações que lhe permitam juízos e a formulação de regras, o *entendimento* fica prejudicado e, neste caso, a moralidade é comprometida. Com esse comprometimento a realização do fim último do ser humano também fica comprometida.

Ministrando o curso de *Antropologia* por trinta anos, Kant pode muito bem ter se colocado na situação daquele que forma indivíduos que serão replicadores de regras ou daqueles que serão capazes de apontar para novas possibilidades. Há quem possa objetar essa última hipótese apontando para o rigor kantiano tão fortemente verificável nas Críticas, neste caso estaria negando a possibilidade de relação entre estas e as demais obras. Exagerando, estaria agindo como se procedesse uma divisão de Kant em dois diferentes autores, o que me parece absurdo. O referido rigor kantiano é empregado nas críticas com o intuito de tornar claras e objetivas as afirmações ali presentes. A maleabilidade da estrutura nas outras obras aponta para uma percepção de que para a compreensão deste rigor crítico é necessário uma formação daqueles que serão seus leitores.

Compreendendo o processo pedagógico, sabemos que a didática não se aplica sem variações. Temos públicos diferentes, humores diferentes, objetivos diferentes entre outras características particulares. Porém o que temos em comum é o professor que se dispõe a levar aos seus alunos um certo conteúdo.

Observando a *Antropologia*, de maneira geral, podemos dizer que o conteúdo a ser apresentado não está explícito, pois requer de seu leitor mais do que a habilidade da leitura. Requer, todavia, uma avaliação do caso apresentado e exige posteriormente uma

capacidade de inferir de situações distintas um julgamento mais cuidadoso. Com os exemplos, o aluno pode verificar outras situações correspondentes em seu cotidiano e analisa-las e finalmente emitir um juízo. Pode-se levantar a hipótese de que ele nem faça uma correspondência, pois nunca vivenciara tal situação, mas no momento em que se vir diante de uma situação semelhante ou que o leve ativar sua memória ele poderá elaborar, por si mesmo, um juízo correspondente.

“Considera-se geralmente como fábula a antiga lenda a respeito dos russos, segundo a qual as mulheres suspeitavam que seus maridos estavam tendo caso com outras mulheres se, de quando em quando, não apanhassem deles.” (Antropologia, p. 200, nota 165)

Temos acima a afirmação do senso comum, em que as mulheres russas encaixam-se na descrição de indivíduos que consideram aceitável apanhar de seus maridos desde que isso lhes garanta a atenção desses e sua fidelidade. Ora, tal afirmação assume um aspecto caricato e possibilita uma interpretação preconceituosa, porém o exemplo continua com um relato de um caso particular, como segue:

“Mas nas viagens de Cook se pode ler que um marujo inglês, vendo um índio Otaheit bater na mulher, quis dar uma de galante e avançou sobre ele, ameaçando-o. A mulher se voltou no ato contra o inglês, perguntando-lhe que tinha a ver com isso! O homem tinha de fazer aquilo!” (Antropologia, p. 200, nota 165)

Caso particular este que oferece elementos de corroboração para o caso generalizado anteriormente. No entanto, se observarmos atentamente tanto um quanto outro veremos que há sempre uma questão que está por traz de cada um desses comportamentos. No primeiro caso, podemos dizer que o foco é o reconhecimento de uma ação de infidelidade que nem sempre se mostra verificável, mas causa diversos distúrbios sociais. No segundo, podemos verificar uma necessidade de preservação da unidade familiar mesmo que isso signifique uma indignidade pessoal. Ora, vemos que esse exemplo não tem como objetivo desmerecer a condição da mulher, mas pode apontar para o fato dela ser capaz de lidar com situações aparentemente limitadoras visando um fim – sua própria felicidade.

Destaco ainda a origem da observação do fato presente no exemplo citado, além da presença de uma certa ironia na narrativa kantiana. Kant trouxe-nos a narrativa de um desbravador, James Cook, que hoje recebe os louros de que suas observações inauguram uma nova ciência: a antropologia. Porém, o olhar desse desbravador está voltado não para a observação das culturas nelas mesmas, mas sim num espelhamento de sua cultura sobre aquela que se incide o olhar.

Entretanto, no prefácio à *Antropologia*, Kant sinaliza para a dificuldade de uma antropologia e principalmente de uma antropologia pragmática. Essas dificuldades, afirma ele, são “intrínsecas à própria natureza humana”. Em resumo, são elas: 1. Da percepção de que se está sendo observado não se garante uma ação natural. 2. Da observação de si coloca-se numa situação crítica, ou dedica sua atenção ao que motiva a ação ou observa a ação e negligencia a motivação. 3. Os hábitos “dificultam o juízo do homem acerca de si e também do outro.” (prefácio *Antropologia*)

Cabe também destacar que Kant está muito longe de ser um desbravador ou um pesquisador de campo. “Viajar, ainda que seja apenas pela leitura de relatos de viagens, é um dos meios de ampliar o âmbito da antropologia.” (prefácio *Antropologia*)

Aqui surge uma nova possibilidade de reforçar a importância dos exemplos. Nós, por mais que tenhamos viajado e vivenciado situações cotidianas em diversas culturas, ainda assim não teríamos a oportunidade de vislumbrar exatamente os exemplos que Kant traz na sua *Antropologia*. Para compreendermos o que Kant está sugerindo nesses exemplos é preciso um exercício de transposição – no sentido de imaginar, trazendo a figura apresentada no exemplo para a nossa realidade. Se fizermos isso, tomando o exemplo acima, constataríamos o grande número de mulheres de nossa sociedade de sofrerem violência doméstica e não denunciam os seus maridos. Há quem veja motivo de troça nessa atitude e classifique essa mulher como “mulher de malandro”. Mas há quem observe nisso uma atitude cultural de submissão da mulher ao seu marido que ainda resiste em nossa sociedade. E ainda, pode-se observar o trauma psicológico do julgamento do outro e do julgamento de si própria como culpada da sua situação.

Com isso, fica ainda mais evidente que Kant na *Antropologia* pretende universalizar a capacidade de julgamento livre de um fato¹⁸, mais do que determinar um tipo de julgamento ideal. Fique claro, desde já, que a ideia de uma intenção está presente na *Antropologia*, mas essa intenção não se pretende massificadora das ações humanas.

Apesar de Kant não afirmar uma conduta massificada, há momentos na *Antropologia* em que ele faz exortações como, por exemplo, no §25.

¹⁸ Quando afirmo que Kant pretende “universalizar a capacidade de julgamento livre de um fato” estou me referindo à saída da menoridade do “O que é o esclarecimento?”.

“Jovem homem! Evita a saciedade (...), senão com o propósito estóico de se abster completamente dela, ao menos com o fino propósito epicurista de ter a perspectiva de uma fruição sempre crescente.” (Antropologia, §25, p.64)

Ou ainda no §63,

“Jovem! (eu repito), acostuma-te a amar o trabalho, recusa-te os contentamentos, não para renunciar a eles, mas para tanto quanto possível mantê-los sempre à vista.” (Antropologia, §63, p.134)

Eis dois pontos em que Kant aponta para um julgamento adequado, porém ele não se apresenta como regra e sim como uma orientação. De toda forma, neste ponto fica ainda mais clara a intenção de uma formação. Há neles um modelo adequado de pensamento e de conduta.

Disso temos que Kant aponta para a necessidade de uma prudência que norteará a faculdade de julgar.

Na *Crítica da Razão Pura* ele afirma que a faculdade de julgar “é o cunho específico do chamado bom senso, cuja falta nenhuma escola pode suprir.” (CRP, p. 177)

Se há o bom senso, as regras ou exortações serão adequadamente julgadas, não necessariamente seguidas e aplicadas. Este é o ponto. Kant demonstra que mesmo que a intenção seja o desenvolvimento e o progresso da liberdade do julgamento, deve haver uma orientação e, sobretudo esta também deve ser avaliada e não seguida cegamente.

Capítulo 2

Os exemplos dentro da *Antropologia de um ponto de vista pragmático*

2.1. Estrutura da antropologia.

“Alguns comentadores kantianos consideram a Antropologia um mero escrito de aulas sem qualquer interesse sistemático (BRANDT, & STARK, 1997). Outros afirmam que o quê realmente importaria seria a lógica do funcionamento da razão elucidada nas três críticas e não os exemplos ou as menções de Kant sobre a fisiologia do homem em textos menores, assim, a Antropologia ficaria nesse segundo grupo. Ainda outro grupo de estudiosos reconhece na antropologia um domínio de aplicação da razão prática pura, como se fosse o lado impuro, com elementos empíricos, da ética (LOUDEN, 2000). E, finalmente, outros sustentam que Kant pressupõe uma natureza humana em todo o seu sistema crítico e que uma Antropologia poderia ser entendida como essa condição de pressuposto (LONGUENESSE, 2005).” (PEREZ, Daniel Omar, O significado da natureza humana em Kant, Kant e-Prints. Campinas, Série 2, v. 5, n. 1, p. 75-87, jan.-jun., 2010., p 78)

“Tampoco la *Antropología* del año 1798 puede compararse, ni de lejos, ni de su contenido, ni por su contextura, con las verdaderas obras sistemáticas de sus buenos tiempos: en ella, se limita Kant a agrupar ‘de un modo pragmático’ los abundantes materiales para la historia humana y el estudio del

hombre reunidos por él durante su larga vida por la propia observación ya a base de fuentes ajenas y que había ido enriqueciendo continuamente con las notas y los trabajos preparatorios para sus cursos. (CASSIRER, Ernest. *Kant, vida y doctrina*, 2003, p.474)

Tendo como perspectiva o panorama acima descrito pelo professor Daniel Omar PERES, há grande divergência sobre a importância da *Antropologia* dentro do conjunto da obra kantiana. Apesar dessas divergências de alocação da *Antropologia* no todo da obra kantiana, um ponto não se pode deixar de lado. Trata-se de uma obra que levou muito tempo para ser finalizada.

Digo finalizada e não elaborada porque a *Antropologia* obedece a mesma estrutura durante todo o período em que Kant ministrou o curso, ou seja, trinta anos, ou talvez menos segundo FOUCAULT.

“Uma nota da Antropologia indica que, antes de ser escrita, seu teor foi proferido durante cerca de trinta anos; sendo-lhe consagradas as aulas do semestre de inverno, as do verão eram reservadas à geografia física. De fato, essa datação não é exata; Kant iniciou seu ensino de geografia em 1756; os cursos de antropologia, por sua vez, provavelmente só começaram durante o inverno de 1772-1773.” (FOUCAULT, Michel. *Introdução à Antropologia de Kant*, trad. Tradução de Osmyr F Gabbi Jr.)

O que importa, aqui é que o objeto deste estudo é uma obra que nasce como um roteiro de aulas a serem ministradas durante o curso de inverno. Esse roteiro sofre

alterações durante todos os anos, tal como podemos identificar nos cadernos de anotações de seus alunos. Mas sua estrutura permanece a mesma.

As alterações vão ocorrendo a medida que surgem fatos notórios que valem a figuração nas aulas na voz e expressão de Kant. Os fatos são diversos, mas não são objeto do presente estudo. O que importa para nós é que apesar de todas os diferentes exemplos utilizados por Kant ao longo desses anos, foram selecionados alguns muito particulares para serem impressos e lidos por quem se interessar.

Essa compilação e a estrutura final são relevantes porque registram um interesse, uma intensão.

Como vimos no capítulo anterior, os exemplos podem servir para organizar um pensamento ou para servir de fonte de conhecimento para o discernimento na aplicação de uma regra. No caso da *Antropologia*, os exemplos atuam nas duas funções. Primeiramente na organização do curso. Ou seja, na experimentação dos exemplos, observando sua aplicação nas aulas e realizando alterações quando necessário ou conveniente. E também atua como representações para levar a uma construção do conhecimento.

Desta forma, temos que os exemplos figuram como instrumentos muito importantes para a finalidade de instruir e de garantir o desenvolvimento da autonomia do indivíduo para fazer uso ou não deste conhecimento. Daremos mais atenção aos exemplos da *Antropologia* no próximo capítulo, por ora voltemos à estrutura da obra.

Apesar da *Antropologia* ter sua origem em um programa de curso e as anotações ocasionais. O que temos é algo estruturado em primeira e segunda parte, que por sua vez são divididos em livros.

Tal divisão é apresentada por FOUCAULT em sua *Tese complementar para doutorado em Letras* como um espelhamento das obras críticas.

“Se a Antropologia for sistemática, é na medida em que ela empresta sua coerência à totalidade do pensamento crítico, — cada um dos três livros da Didática repete as três Críticas, e a Característica retoma os escritos sobre a história, o devir da humanidade e seu encaminhamento para inacessíveis {084} fins. Aí, e aí somente, reside o princípio organizador da Antropologia.” (FOUCAULT, Michel. *Introdução à Antropologia de Kant*, trad. Tradução de Osmyr F Gabbi Jr.)

Apesar da afirmação foucaultiana do espelhamento da estrutura das obras críticas na *Antropologia* ser coerente, ela não nos faz avançar muito na leitura da obra por ela mesma e de fato reduz a importância do escrito.

Vejamos como Foucault chega a sua afirmação

“Um detalhe tem finalmente sua importância. Todos os Collegentwürfe e o texto — bastante tardio — que Starke publicou conferem à Antropologia, como plano geral, duas partes: Elementarlehre [doutrina dos elementos] e Methodenlehre [doutrina do método]. O texto de 1798 outorga igualmente duas seções; mas uma é uma Didática, a outra uma Característica. Sem dúvida, esta mudança ocorrida nos últimos anos é tanto mais surpreendente uma vez que o conteúdo e a ordem parecem não ter

sofrido por isso qualquer alteração. A distinção entre uma doutrina dos elementos e uma doutrina do método conforma-se com a pesquisa crítica: de um lado, com o que constitui a faculdade de conhecer, e de outro, com o que rege seu exercício no domínio da experiência possível. A Antropologia, aparentemente, é construída segundo o mesmo modelo: inicialmente, as diversas “faculdades”, cuja organização forma a totalidade do Gemüt:Elementarlehre; em seguida, as regras de seu exercício em um indivíduo, em uma família, no interior de um povo ou de uma raça, no seio da humanidade: Methodenlehre. Mas, sem dúvida, este é um enquadramento falso. Um ajuste às normas da Crítica que não responde à vocação do texto. {062}

Os termos Didática e Característica que aparecem no último estado da reflexão e que substituem a distinção tradicional estão curiosamente acompanhados de subtítulos sobre os quais mal se vê a relação de sentido que eles guardam com o título. Para a Didática, trata-se “do modo de conhecer o interior assim como o exterior do homem”; para a Característica, “do modo de conhecer o interior do homem por meio do exterior”. Esta mudança é uma reorganização de conjunto, uma separação em relação à Crítica? Não, de modo algum." ((FOUCAULT, Michel. *Introdução à Antropologia de Kant*, trad. Tradução de Osmyr F Gabbi Jr.)

Foucault toma como argumento o fato de que na versão original Kant se utiliza de termos que fazem alusão às obras Críticas. No entanto, ao concentrar-se neste dado,

deixa de lado o fato de que a obra *Crítica*, apesar da sua centralidade na totalidade dos escritos kantianos, ter sido escrita em meio aos trabalhos na universidade. Portanto, é evidente que cada uma de suas obras estiveram presentes em suas aulas, ora de forma direta, ora indireta.

Ou seja, Foucault deixa de lado o fato de que a *Antropologia* está permeada de elementos das *Críticas*. As correspondências não se reduzem apenas à estrutura. E na verdade em pouco se pode evidenciar na estrutura.

O que temos é um impresso que em sua composição recebeu influência das obras que estavam sendo elaboradas e influenciaram a tessitura destas.

Podemos fazer esta afirmação pelo seguinte motivo, dado o fato de que em suas aulas Kant apresentava inúmeros exemplos para representar uma ação humana, esse recurso não era estático. Isso porque o interlocutor estava presente e reagia ou não ao que era dito. A presença da reação ou a ausência desta são elementos importantes para saber se o recurso funcionou ou não. Certamente, isso influenciava os trabalhos kantianos dentro e fora da universidade.

Ministrando o curso de *Antropologia* por trinta anos, Kant pode muito bem ter se colocado na situação daquele que forma indivíduos que serão replicadores de regras ou daqueles que serão capazes de apontar para novas possibilidades. Há quem possa objetar essa última hipótese apontando para o rigor kantiano tão fortemente verificável nas *Críticas*, neste caso estaria negando a possibilidade de relação entre estas e as demais obras. Exagerando, estaria agindo como se procedesse uma divisão de Kant em dois diferentes autores, o que me parece absurdo. O referido rigor kantiano é empregado nas críticas com o intuito de tornar claras e objetivas as afirmações ali presentes. A maleabilidade da estrutura nas outras obras aponta para uma percepção de que para a

compreensão deste rigor crítico é necessário uma formação daqueles que serão seus leitores.

Compreendendo o processo pedagógico, sabemos que a didática não se aplica sem variações. Temos públicos diferentes, humores diferentes, objetivos diferentes entre outras características particulares. Porém o que temos em comum é o professor que se dispõe a levar aos seus alunos um certo conteúdo.

Observando a *Antropologia*, de maneira geral, podemos dizer que o conteúdo a ser apresentado não está explícito, pois requer de seu leitor mais do que a habilidade da leitura. Requer, todavia, uma avaliação do caso apresentado e exige posteriormente uma capacidade de inferir de situações distintas um julgamento mais cuidadoso. Com os exemplos, o aluno pode verificar outras situações correspondentes em seu cotidiano e analisa-las e finalmente emitir um juízo. Pode-se levantar a hipótese de que ele nem faça uma correspondência, pois nunca vivenciara tal situação, mas no momento em que se vir diante de uma situação semelhante ou que o leve ativar sua memória ele poderá elaborar, por si mesmo, um juízo correspondente.

“Considera-se geralmente como fábula a antiga lenda a respeito dos russos, segundo a qual as mulheres suspeitavam que seus maridos estavam tendo caso com outras mulheres se, de quando em quando, não apanhassem deles.” (*Antropologia*, p. 200, nota 165)

Temos acima a afirmação do senso comum, em que as mulheres russas encaixam-se na descrição de indivíduos que consideram aceitável apanhar de seus maridos desde que isso lhes garanta a atenção desses e sua fidelidade. Ora, tal afirmação

assume um aspecto caricato e possibilita uma interpretação preconceituosa, porém o exemplo continua com um relato de um caso particular, como segue:

“Mas nas viagens de Cook se pode ler que um marujo inglês, vendo um índio Otaheit bater na mulher, quis dar uma de galante e avançou sobre ele, ameaçando-o. A mulher se voltou no ato contra o inglês, perguntando-lhe que tinha a ver com isso! O homem tinha de fazer aquilo!” (Antropologia, p. 200, nota 165)

Caso particular este que oferece elementos de corroboração para o caso generalizado anteriormente. No entanto, se observarmos atentamente tanto um quanto outro veremos que há sempre uma questão que está por traz de cada um desses comportamentos. No primeiro caso, podemos dizer que o foco é o reconhecimento de uma ação de infidelidade que nem sempre se mostra verificável, mas causa diversos distúrbios sociais. No segundo, podemos verificar uma necessidade de preservação da unidade familiar mesmo que isso signifique uma indignidade pessoal. Ora, vemos que esse exemplo não tem como objetivo desmerecer a condição da mulher, mas pode apontar para o fato dela ser capaz de lidar com situações aparentemente limitadoras visando um fim – sua própria felicidade.

Destaco ainda a origem da observação do fato presente no exemplo citado, além da presença de uma certa ironia na narrativa kantiana. Kant trouxe-nos a narrativa de um desbravador, James Cook, que hoje recebe os louros de que suas observações inauguram uma nova ciência: a antropologia. Porém, o olhar desse desbravador está voltado não para a observação das culturas nelas mesmas, mas sim num espelhamento de sua cultura sobre aquela que se incide o olhar.

Entretanto, no prefácio à *Antropologia*, Kant sinaliza para a dificuldade de uma antropologia e principalmente de uma antropologia pragmática. Essas dificuldades, afirma ele, são “intrínsecas à própria natureza humana”. Em resumo, são elas: 1. Da percepção de que se está sendo observado não se garante uma ação natural. 2. Da observação de si coloca-se numa situação crítica, ou dedica sua atenção ao que motiva a ação ou observa a ação e negligencia a motivação. 3. Os hábitos “dificultam o juízo do homem acerca de si e também do outro.” (prefácio *Antropologia*)

Cabe também destacar que Kant está muito longe de ser um desbravador ou um pesquisador de campo. “Viajar, ainda que seja apenas pela leitura de relatos de viagens, é um dos meios de ampliar o âmbito da antropologia.” (prefácio *Antropologia*)

Aqui surge uma nova possibilidade de reforçar a importância dos exemplos. Nós, por mais que tenhamos viajado e vivenciado situações cotidianas em diversas culturas, ainda assim não teríamos a oportunidade de vislumbrar exatamente os exemplos que Kant traz na sua *Antropologia*. Para compreendermos o que Kant está sugerindo nesses exemplos é preciso um exercício de transposição – no sentido de imaginar, trazendo a figura apresentada no exemplo para a nossa realidade. Se fizermos isso, tomando o exemplo acima, constataríamos o grande número de mulheres de nossa sociedade de sofrerem violência doméstica e não denunciam os seus maridos. Há quem veja motivo de troça nessa atitude e classifique essa mulher como “mulher de malandro”. Mas há quem observe nisso uma atitude cultural de submissão da mulher ao seu marido que ainda resiste em nossa sociedade. E ainda, pode-se observar o trauma psicológico do julgamento do outro e do julgamento de si própria como culpada da sua situação.

Com isso, fica ainda mais evidente que Kant na *Antropologia* pretende universalizar a capacidade de julgamento livre de um fato¹⁹, mais do que determinar um tipo de julgamento ideal. Fique claro, desde já, que a ideia de uma intenção está presente na *Antropologia*, mas essa intenção não se pretende massificadora das ações humanas.

Apesar de Kant não afirmar uma conduta massificada, há momentos na *Antropologia* em que ele faz exortações como, por exemplo, no §25.

“Jovem homem! Evita a saciedade (...), senão com o propósito estóico de se abster completamente dela, ao menos com o fino propósito epicurista de ter a perspectiva de uma fruição sempre crescente.” (*Antropologia*, §25, p.64)

Ou ainda no §63,

“Jovem! (eu repito), acostuma-te a amar o trabalho, recusa-te os contentamentos, não para renunciar a eles, mas para tanto quanto possível mantê-los sempre à vista.” (*Antropologia*, §63, p.134)

Eis dois pontos em que Kant aponta para um julgamento adequado, porém ele não se apresenta como regra e sim como uma orientação. De toda forma, neste ponto fica ainda mais clara a intenção de uma formação. Há neles um modelo adequado de pensamento e de conduta.

¹⁹ Quando afirmo que Kant pretende “universalizar a capacidade de julgamento livre de um fato” estou me referindo à saída da menoridade do “O que é o esclarecimento?”.

Disso temos que Kant aponta para a necessidade de uma prudência que norteará a faculdade de julgar.

Na *Crítica da Razão Pura* ele afirma que a faculdade de julgar “é o cunho específico do chamado bom senso, cuja falta nenhuma escola pode suprir.” (CRP, p. 177)

Se há o bom senso, as regras ou exortações serão adequadamente julgadas, não necessariamente seguidas e aplicadas. Este é o ponto. Kant demonstra que mesmo que a intenção seja o desenvolvimento e o progresso da liberdade do julgamento, deve haver uma orientação e, sobretudo esta também deve ser avaliada e não seguida cegamente.

Capítulo 3:

Análise dos exemplos na *Antropologia*

3.1. Os exemplos da didática

Podemos afirmar que a Filosofia kantiana tem por característica o rigor. Um rigor estrutural e objetivo. As obras críticas são as maiores expressões desse aspecto. Porém há outras obras que não atendem a esta estrutura, mas assumem um papel significativo na totalidade da filosofia kantiana. Dessas obras destacamos no presente estudo a *Antropologia de um ponto de vista pragmático* que tem por característica mais expressiva o fato de ser um “instantâneo”²⁰ do processo pedagógico kantiano. Trata-se de uma compilação de exemplos dispostos numa estrutura que pode ser ou não relacionada diretamente com as obras críticas.

A presente dissertação pretende uma abordagem direta dos exemplos, independentemente da estrutura da obra corresponder ou não à estrutura crítica. Consideraremos os exemplos apresentados investigando sua importância dentro da obra e sua relevância para a concretização do projeto filosófico kantiano.

Podemos afirmar que os exemplos exprimem uma intenção uma vez que foram escolhidos para ficarem registrados. Eles assumem um papel significativo num livro que pretende proporcionar o conhecimento comparável ao conhecimento de um indivíduo que percorre o mundo através de viagens²¹ por lugares, com povos e costumes

²⁰ Uso esse termo para destacar a precisão com que Kant delimita o conteúdo e a estrutura da *Antropologia* como obra a ser publicada. Lembrando que segundo o autor, este livro é um resultado de um curso “ministrado ao longo de trinta anos” “no semestre de inverno”. (*Antropologia*, nota 2, p 23) Portanto, é provável que tenha sofrido diversas alterações neste período.

²¹ “Viajar, ainda que seja apenas pela leitura de relatos de viagens é um dos meios de ampliar o âmbito da antropologia.” (*Antropologia*, p.22) Na nota 1, Kant faz referência como um vasto conhecimento pode ser adquirido “mesmo sem viajar”. Consideramos que Kant pretende elaborar uma obra tal que contribua para

diferentes mesmo sem ter saído de sua terra natal, a exemplo do próprio Kant. Por essas peculiaridades consideramos que a análise dos exemplos é de suma importância para identificar essa sua intenção tanto nesta obra quanto na concretização do seu projeto²².

Primeiramente verificaremos a relevância do exemplo como forma de conhecimento em Kant, para depois observar como esse instrumento didático – o exemplo – pode ser aplicado na formação do cidadão do mundo.

Passemos à observação da relevância do *exemplo* para Kant. Tomaremos como referência a *Crítica da Razão Pura*, obra na qual o *exemplo* é descrito de forma objetiva, apontando sua função.

Kant apresenta na *Crítica da Razão Pura* a “diferença entre conhecimento puro e conhecimento empírico.”²³ (CRP, p. 36) Neste tópico é expresso como a nossa capacidade de conhecer funciona: “efetivamente, que outra coisa poderia despertar e pôr em ação a nossa capacidade de conhecer senão os objetos que afetam os sentidos e que, por um lado, originam por si mesmos as representações e, por outro lado põem em movimento a nossa faculdade intelectual e levam-na a compará-las, ligá-las, ou separá-las, transformando assim a matéria bruta das impressões sensíveis num conhecimento que se denomina experiência?”²⁴ (CRP, p. 36)

esse conhecimento. Porém, não se trata de um relato, mas sim junções de relatos e informações diversas às quais não podemos assegurar veracidade. E neste ponto o nosso estudo se faz importante, pois pretendemos identificar uma intenção de formação daquele que tem contato com a *Antropologia*.

²² Ao nos referirmos ao projeto filosófico Kantiano, nos apoiamos nas relações entre suas diversas obras. Destacamos o ponto que transita entre a aplicação teórica e a aplicação prática como vemos no Prefácio à *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*: “por outro lado, eu exijo, para que a Crítica de uma razão pura prática possa ser acabada, que se possa demonstrar simultaneamente a sua unidade com a razão especulativa num princípio comum.”

²³ CRP Introdução (B), p. 36.

²⁴ CRP Introdução (B), p. 36.

Disso destacamos que a *faculdade intelectual* é posta em movimento por objetos que afetam os sentidos, o que nos fornece uma pista importante na nossa análise dos *exemplos*. Partindo da ideia de que os *exemplos* são objetos externos apresentados oralmente ou por ilustração, ou ainda, por situações vivenciadas e observáveis, podemos afirmar que eles não fornecem por si só modelos a serem seguidos uma vez que a reprodução desta situação, tal e qual, nem sempre se mostra possível. Por essa característica eles possibilitam diversas comparações, ligações ou separações entre diversos outros estímulos. Trata-se, portanto, de inúmeras possibilidades de solução de um problema. Uma solução que depende de diversas variáveis. Desta forma, aquele que observa uma determinada situação, certamente efetuará seu julgamento segundo uma hipótese do que seria o ideal.

A noção de ideal, neste caso, viria de uma percepção de que alguns critérios devem ser atendidos. Um dos critérios que podem ser utilizados é o progresso da civilização. Na ocorrência de uma situação semelhante à situação exemplificada o indivíduo poderá julgar que solução seria adequada para o desenvolvimento positivo da civilização.

A *faculdade intelectual* é aquela que se estimulada proporciona ao indivíduo uma ampliação das possibilidades de conhecimento. Isso nos leva a inferir que uma vez que essa faculdade é posta em atividade é possível que o indivíduo seja capaz de encontrar maneiras de se relacionar com o mundo e com o outro de uma forma mais livre²⁵. Pois a partir desses estímulos a ele é dada a possibilidade de apontar novos conhecimentos e soluções para velhos e novos problemas teóricos e morais.

Disto temos que uma vez estimulada, no presente caso, por exemplos, a *faculdade intelectual*, poderá, segundo Kant, apontar outras possibilidades para uma

²⁵ A liberdade aqui se apresenta pelo fato de que o pensamento não está restrito às condições empíricas de sua realização. No entanto, o pensamento, por sua liberdade permitirá uma outra abordagem da realidade oferecendo-lhe novas possibilidades.

situação particular. Constatamos isso com mais precisão na *Crítica da Razão Pura* na analítica dos princípios.

“Aguçar a faculdade de julgar, tal é a grande e única utilidade dos exemplos.” (CRP, p. 178)

A principal função dos exemplos é, portanto: “aguçar a faculdade de julgar”. Esta faculdade está relacionada tanto aos aspectos teóricos quanto aos aspectos práticos da filosofia kantiana. Desta forma, com o estímulo da *faculdade de julgar* temos tanto a possibilidade de um conhecimento concreto quanto a possibilidade de realizar um julgamento moral. Pois é justamente à *faculdade de julgar* que cabe “a capacidade de *subsumir* a regra, isto é discernir se algo se encontra subordinado a dada regra ou não.” (CRP, p 177) A regra dada, quer seja pelo *entendimento* ou de forma externa, somente encontra validade na *faculdade de julgar*, uma vez que é à esta faculdade que a lógica se submete e não o contrário. Com isso o que se destaca é que justamente “a *faculdade de julgar* é um talento especial, que não pode de maneira nenhuma ser ensinado, apenas exercido.” (CRP, p 177)

Esse exercício da *faculdade de julgar* está intimamente ligado às ações dos homens. São algumas dessas ações emblemáticas que vemos relatadas como exemplos na *Antropologia*, cuja proposta é o conhecimento *pragmático* a partir do que o homem “faz de si mesmo, ou pode e deve fazer como ser que age livremente” (*Antropologia*, p.21)

Na *Crítica da Razão Pura*, vemos que a finalidade dessas ações é a *felicidade*. E sendo este o mote de toda a ação humana a razão não opera fornecendo leis puras para

ação limitada do ser humana, mas sim leis *pragmáticas* que possibilitem a liberdade nas ações humanas. E considerando que

“Prático é tudo aquilo que é possível pela liberdade. Mas, se as condições de exercício do nosso livre arbítrio são empíricas, a razão só pode ter, nesse caso, um uso regulador e apenas pode servir para efetuar a unidade de leis empíricas; assim, na doutrina da prudência, a unificação de todos os fins, dados pelas nossas inclinações num fim único, a *felicidade*, e a concordância dos meios para a alcançar constituem toda a obra da razão que, para esse efeito, não pode fornecer outra coisa senão leis pragmáticas da nossa livre conduta, próprias para nos alcançarem os fins recomendados pelos sentidos, mas de modo nenhum leis puras completamente determinadas a priori.” CRP A 800 / B 828

temos que o ponto convergente da ação humana é a satisfação no que tange o alcance da *felicidade*. Porém, esse anseio pela *felicidade* parece estar intimamente ligado à noção de *liberdade* como realização plena do ser racional. Ora, as ações livres registradas na *Antropologia* são ações que consideram o que o homem faz de si mesmo e ainda o que pode e deve fazer. Essas condições apontam para o fato de que o homem recebe as consequências – benéficas ou não – de suas ações e que ainda precisa atentar para o que lhe é possível e o que é devido, considerando a sua condição de ser racional.

Considerar essas condições é mais uma pista para a análise da intenção kantiana em relação aos *exemplos*. Pois nesses exemplos não vemos situações isoladas. Cada qual pode se deparar com essas situações em diversos momentos. Ouso afirmar que muitos desses exemplos são atemporais. E como tal eles cumprem a sua função: “aguçar a faculdade de julgar”.

Mas não podemos afirmar que a função dos exemplos na *Antropologia* seja tão simples assim. Há neste conjunto, como já dissemos, uma intenção que primeiramente podemos identificar que pretende, à luz do progresso científico, garantir um progresso da civilização rumo à realização plena do homem.

Um dos exemplos presente na *Antropologia* que corrobora com essa noção é o que segue:

“Os gritos que uma criança recém-nascida faz ouvir não têm o tom de queixa, mas o da indignação e de uma explosão de cólera, não porque sinta alguma dor, mas porque algo a contraria, provavelmente porque quer se mover e sente sua incapacidade de fazê-lo como grilhões que lhe tolhem a liberdade. – Qual pode ser a intenção da natureza ao fazer a criança vir ao mundo aos gritos, o que é para ela mesma e para mãe, no *rude estado da natureza*, um extremo perigo? Pois um lobo, um porco mesmo, seriam atraídos a devorá-la na ausência da mãe ou no esgotamento das forças desta pelo parto. Nenhum animal além do homem (como ele é agora) anunciará ruidosamente sua existência ao nascer, o que parece estar assim disposto pela sabedoria da natureza para conservar a espécie. É necessário, pois, supor que, nessa classe de

animal, tal manifestação da criança ao nascer ainda não ocorria numa época primeira (a saber, no tempo da rudeza), que, portanto, só mais tarde sobreveio uma segunda época, quando ambos pais chegaram àquela cultura necessária à vida doméstica, sem que saibamos como nem por que causas coadjuvantes a natureza realizou semelhante evolução. Essa observação conduz mais além, por exemplo, a pensar se, por grandes revoluções naturais, uma terceira época não poderia se seguir ainda à segunda, quando um orangotango ou um chimpanzé tivesse seus órgãos que servem para caminhar, tocar os objetos e falar formando a estrutura de um homem, cujo interior conteria um órgão para uso do entendimento e se desenvolveria gradualmente por meio da cultura social.” (*Antropologia*, p.222 nota 192)

Nesta nota, vemos que Kant destaca uma característica do comportamento humano observado com naturalidade. O grito da criança ao nascer é uma ação esperada com ansiedade por todos a sua volta. Porém, se considerarmos que esta ação ocorria tal e qual no “tempo da rudeza”, seria difícil garantir o desenvolvimento da espécie. No entanto, supondo que o grito era contido ou até mesmo inexistente, temos uma condição menos vulnerável para o desenvolvimento do ser humano.

Com isto, temos que a visão de que ser humano progride pelo uso da razão é o ponto de partida da análise kantiana. Este também é o seu objetivo, ou seja, afirmar que esse progresso é um movimento contínuo do homem, não mais em função apenas de sua preservação, mas de sua realização plena como espécie.

Neste exemplo da criança, Kant demonstra que é a *razão* que por suas faculdades permite ao homem superar as limitações físicas e se afirmar no mundo como espécie “dominante”. Hoje, como o homem é agora com a civilização, é permitido e esperado que a criança anuncie o seu nascimento a plenos pulmões. Isso mostra claramente que a ideia de desenvolvimento cultural está intimamente atrelada à ideia de desenvolvimento da humanidade e que consequentemente é necessário o professo de formação daquele que será o “cidadão do mundo”.

Cabe aos processos de formação deste homem civilizado a garantia de que os erros cometidos sejam evitados e que os acertos sejam inspirações para ações futuras ainda melhores. Ou seja, se todos tivessem que aprender pela experiência que, se no momento do nascimento, o grito da criança funciona como um alarme para os outros animais, não poderíamos considerar em nenhum momento uma ideia de desenvolvimento do homem e tão pouco o desenvolvimento da humanidade como um todo. Porém, se considerarmos que desde os primórdios tempos da rudeza os seres humanos, por sua racionalidade, fossem capazes de observar e agir tendo em vista a garantia da preservação de sua vida e consequentemente de sua espécie, podemos acompanhar Kant em seu raciocínio e imaginar como sendo possível até mesmo o que ele chama de uma “terceira revolução”.

Considerando que o exercício da *faculdade de julgar* é o que permitirá um avanço, ou com as palavras de Kant, um “progresso”²⁶ rumo a esta realização, o conhecimento do mundo é um grande facilitador, pois

“Conhecer, pois, o ser humano segundo sua espécie, como ser terreno dotado de razão, merece particularmente ser chamado

²⁶ *Antropologia*, Prefácio, 119

de conhecimento do mundo, ainda que só constitua uma parte das criaturas terrenas.” (Antropologia, p. 21)

Ainda sobre a *faculdade de julgar*, temos que ela dá ao *entendimento* regras formais do seu uso, mas para o emprego correto dessas regras deve haver uma instrução por parte da faculdade de julgar. “assim se manifesta que o entendimento é, sem dúvida, susceptível de ser instruído e apetrechado por regras, mas que a *faculdade de julgar* é um talento especial, que não pode de maneira nenhuma ser ensinado, apenas exercido.” (CRP, p. 177)

Disso temos que para realizarmos uma leitura dos exemplos utilizados por Kant, é necessário compreender claramente que a *faculdade de julgar* uma vez acurada faz com que o uso do entendimento também o seja. Para tanto, o que salta aos olhos é que tal faculdade não é ensinada, ou seja, ela não é apetrechada de regras como o é o entendimento, ela é também despertada a partir de experiências que lhe são apresentadas na forma dos exemplos.

“Porque, embora a escola²⁷ possa preencher um entendimento acanhado e como que nele enxertar regras proveniente de um saber alheio, é necessária ao aprendiz a capacidade de se servir delas corretamente e nenhuma regra, que se lhe possa dar para esse efeito, está livre de má aplicação se faltar tal dom da natureza.” (CRP, p. 177-178)

²⁷ Tomaremos o termo “escola” no sentido de um sistema de pensamento. Desta forma, entendemos que a escola à qual Kant faz referência é todo sistema de pensamento que visa a obtenção de conhecimento, porém apresenta ao discípulo as regras mas não o estimula a encontrar novas possibilidades.

Ou seja, na formação o indivíduo pode receber diretamente dos seus mestres um conjunto de regras que se aplicadas corretamente, atentando para condições específicas, atingirão o resultado esperado, porém para por aí o desenvolvimento deste indivíduo, fazendo-o um mero aplicador de regras. Ou seja, a *faculdade de julgar*, neste caso, não é estimulada e sim “abastecida” de regras.

“Assim, um médico, um juiz, um estadista podem ter na cabeça excelentes regras patológicas, a ponto de serem sábios professores nessas matérias e todavia errar facilmente na sua aplicação, ou porque lhes falte o juízo natural (embora lhes não falte o entendimento) e, compreendendo o geral in abstrato, não sejam capazes de discernir se nele se inclui um caso in concreto ou então também por se não prepararem suficientemente para esses juízos com exemplos e tarefas concretas.” (CRP, p. 178)

Do exposto destacamos que na *Antropologia* Kant não apresenta um compêndio de regras a serem seguidas, ao invés, ele reúne uma gama de exemplos diversos dos quais não é possível extrair uma determinação da ação necessariamente adequada. De início, podemos inferir que esses exemplos se comportam como meios para atingir um resultado esperado.

Os exemplos ali apresentados não aparecem ao acaso. Há um mote explícito: o conhecimento do homem do ponto de vista pragmático.

Vemos que o que é posto como teoria na *Crítica da Razão Pura* aparece como ato na *Antropologia*. Uma vez que a estrutura desta última, permeada de exemplos, não

garante um conhecimento específico, mas proporciona a possibilidade de extrair ações adequadas visando o progresso da civilização.

“Todos os progressos na civilização, pelos quais o homem se educa, têm como fim que os conhecimentos e habilidades adquiridos sirvam para o uso do mundo, mas no mundo o objeto mais importante ao qual o homem pode aplicá-lo é o ser humano, porque ele é seu próprio fim último.”²⁸

Disso, toda a ação humana que busca o conhecimento e o desenvolvimento de habilidades deve voltar-se como benefício para o próprio homem tendo como finalidade do desenvolvimento da humanidade. Neste caso, o meio para o desenvolvimento da humanidade é o progresso da civilização, na mesma medida em que o homem, como afirmado na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, “não é uma coisa; não é portanto um objeto que possa ser utilizado *simplesmente* como um meio, mas pelo contrário deve ser considerado sempre em todas as suas ações como fim em si mesmo.” (FMC p. 70) Desta forma, as ações dos homens podem ser observadas e repensadas a todo momento, visando o desenvolvimento do próprio ser humano.

Disto, um conhecimento do ser humano de um ponto de vista pragmático levará ao conhecimento do homem enquanto espécie e do mundo enquanto totalidade. Lembrando que este conhecimento tem por característica a dinâmica da *faculdade de julgar*, promovendo uma diversidade de ações contingentes, tendo em vista o progresso da civilização.

²⁸ *Antropologia*, prefácio, 119. Ao considerarmos este excerto, temos que o conhecimento que o ser humano adquire de si mesmo deve ser usado para o seu próprio desenvolvimento, portanto se utilizar das ações humanas tais como elas são descritas em exemplos levaria a um aprimoramento dessas ações. Lembrando que a finalidade é sempre o próprio homem.

Uma vez identificado que os exemplos não são recursos isento de direcionamento, vemos a importância de ressaltar o quão problemática pode ser a má aplicação dos exemplos.

“no tocante ao rigor e precisão dos conhecimentos do entendimento, os exemplos são, geralmente, mais prejudiciais que vantajosos, porque é raro cumprirem adequadamente a condição da regra (...) e enfraquecem, além disso, muitas vezes, o esforço do entendimento para apreender, em toda a suficiência, as regras em geral e independentemente das condições particulares da experiência, de tal modo que, por fim, nos habituamos a usá-las mais como fórmulas do que como princípios.” (CRP, p. 178).

As regras são necessárias para o *entendimento*. Porém, os *exemplos*, para o *entendimento*, assumem um papel danoso por possibilitarem que o rigor da regra seja quebrado. Por isso, não cabe ao entendimento o exame dos exemplos. Por outro lado, estes são fundamentais para a *faculdade de julgar* justamente por orientar a aplicação da regra em cada caso. Quando os exemplos são empregados de forma inadequada no *entendimento* isso possibilita que estes sejam tomados como regras em si mesmos, erro grave que impede a aplicação da regra de forma universal e que torna impreciso o resultado esperado.

Os exemplos, portanto, não podem ser utilizados sem critérios. Eles precisam primar por uma clareza de ideias e apontar para um objetivo. Caso contrário pode gerar uma má compreensão e uma aplicação inadequada²⁹. Lembrando que os exemplos não

²⁹ O inadequado se refere à intenção contida no exemplo.

são tomados pelo *entendimento* como regras, mas uma vez que a *faculdade de julgar* os toma como regra aí se estabelece a possibilidade do equívoco.

É possível verificar quão danoso pode ser se tomarmos um exemplo como regra através de um dos exemplos da *Antropologia*:

“Foi assim que, no caso de uma pessoa que, por estar condenada à prisão, matou de desespero um filho, um certo juiz a declarou louca e, portanto, livre da pena de morte. – Pois dizia ele: quem de falsas premissas infere conclusões verdadeiras, está louco³⁰. Ora, aquela pessoa admitia como princípio que a pena de prisão é uma desonra indelével, pior que a morte (o que entretanto é falso), chegando daí à conclusão de que merecia a morte. – Por conseguinte, estava louca e, como tal, a pena de morte deveria ser anulada. – Com base nesse argumento seria bem fácil declarar loucos todos os criminosos, de quem se deveria ter pena e a quem se deveria curar, mas não castigar. (*Antropologia* nota 85, p. 112)”

Temos do excerto acima uma ótima demonstração de como é possível fazer de um exemplo uma regra ignóbil. Afirmar que de um caso particular devemos inferir necessariamente uma “sentença” universal é fazer uma leitura muito rasa dos exemplos kantianos. Não temos aqui um ensinamento rigoroso de como uma mãe deve proceder

³⁰ O juiz entende que a mulher certamente estava louca porque esta acreditou que era preferível que seu filho morresse ao invés de ter que conviver com a desonra de ter uma mãe presa. O erro aqui se apresenta pelo fato da mãe tomar como regra –lógico– algo que na verdade está submetido ao tempo, aos costumes, portanto, às circunstâncias. Neste caso, o juiz a declara louca e a deixa livre. Outro erro, segundo, Kant uma vez que esta regra, se aplicada em outros casos, liberaria facilmente muitos outros criminosos de suas penas pela alegação de loucura.

ao ser condenada, nem como o juiz deve julgar tal mulher, mas sim a expressão de como os erros de um raciocínio lógico aplicado a um julgamento circunstancial pode ser levado a uma conclusão bastante imprecisa.

Podemos identificar que, no presente caso, Kant aponta justamente para esse problema. Dada uma variável – com a condenação, a pessoa mata seu filho num ato desesperado – nem todos matam seus filhos quando são condenados, tão pouco poderíamos afirmar que, cedo ou tarde tais pessoas cometeriam tal atrocidade. E ainda tão pouco poderíamos afirmar que dessa situação teríamos a regra de que para ser absolvida a mãe necessariamente deve matar seu filho. Porém, se considerarmos esse ato singular de uma mãe desesperada, podemos inferir que mães que tenham um senso moral – socialmente falando – não admitiriam que seus filhos sejam expostos a uma realidade tão perversa e tentariam de diversas formas pouparem os seus filhos. Mesmo com esta leitura, não é possível fechar tal exemplo como regra, pois teríamos a variável da formação, da personalidade, do futuro etc.

Sem a ação da *faculdade de julgar* munida de informações que lhe permitam juízos e a formulação de regras, o *entendimento* fica prejudicado e, neste caso, a moralidade é comprometida. Com esse comprometimento a realização do fim último do ser humano também fica comprometida.

Ministrando o curso de *Antropologia* por trinta anos, Kant pode muito bem ter se colocado na situação daquele que forma indivíduos que serão replicadores de regras ou daqueles que serão capazes de apontar para novas possibilidades. Há quem possa objetar essa última hipótese apontando para o rigor kantiano tão fortemente verificável

nas Críticas, neste caso estaria negando a possibilidade de relação entre estas e as demais obras. Exagerando, estaria agindo como se procedesse uma divisão de Kant em dois diferentes autores, o que me parece absurdo. O referido rigor kantiano é empregado nas críticas com o intuito de tornar claras e objetivas as afirmações ali presentes. A maleabilidade da estrutura nas outras obras aponta para uma percepção de que para a compreensão deste rigor crítico é necessário uma formação daqueles que serão seus leitores.

Compreendendo o processo pedagógico, sabemos que a didática não se aplica sem variações. Temos públicos diferentes, humores diferentes, objetivos diferentes entre outras características particulares. Porém o que temos em comum é o professor que se dispõe a levar aos seus alunos um certo conteúdo.

Observando a *Antropologia*, de maneira geral, podemos dizer que o conteúdo a ser apresentado não está explícito, pois requer de seu leitor mais do que a habilidade da leitura. Requer, todavia, uma avaliação do caso apresentado e exige posteriormente uma capacidade de inferir de situações distintas um julgamento mais cuidadoso. Com os exemplos, o aluno pode verificar outras situações correspondentes em seu cotidiano e analisa-las e finalmente emitir um juízo. Pode-se levantar a hipótese de que ele nem faça uma correspondência, pois nunca vivenciara tal situação, mas no momento em que se vir diante de uma situação semelhante ou que o leve ativar sua memória ele poderá elaborar, por si mesmo, um juízo correspondente.

“Considera-se geralmente como fábula a antiga lenda a respeito dos russos, segundo a qual as mulheres suspeitavam que seus maridos estavam tendo caso com outras mulheres se, de

quando em quando, não apanhassem deles.” (Antropologia, p. 200, nota 165)

Temos acima a afirmação do senso comum, em que as mulheres russas encaixam-se na descrição de indivíduos que consideram aceitável apanhar de seus maridos desde que isso lhes garanta a atenção desses e sua fidelidade. Ora, tal afirmação assume um aspecto caricato e possibilita uma interpretação preconceituosa, porém o exemplo continua com um relato de um caso particular, como segue:

“Mas nas viagens de Cook se pode ler que um marujo inglês, vendo um índio Otaheit bater na mulher, quis dar uma de galante e avançou sobre ele, ameaçando-o. A mulher se voltou no ato contra o inglês, perguntando-lhe que tinha a ver com isso! O homem tinha de fazer aquilo!” (Antropologia, p. 200, nota 165)

Caso particular este que oferece elementos de corroboração para o caso generalizado anteriormente. No entanto, se observarmos atentamente tanto um quanto outro veremos que há sempre uma questão que está por traz de cada um desses comportamentos. No primeiro caso, podemos dizer que o foco é o reconhecimento de uma ação de infidelidade que nem sempre se mostra verificável, mas causa diversos distúrbios sociais. No segundo, podemos verificar uma necessidade de preservação da unidade familiar mesmo que isso signifique uma indignidade pessoal. Ora, vemos que esse exemplo não tem como objetivo desmerecer a condição da mulher, mas pode apontar para o fato dela ser capaz de lidar com situações aparentemente limitadoras visando um fim – sua própria felicidade.

Destaco ainda a origem da observação do fato presente no exemplo citado, além da presença de uma certa ironia na narrativa kantiana. Kant trouxe-nos a narrativa de um desbravador, James Cook, que hoje recebe os louros de que suas observações inauguram uma nova ciência: a antropologia. Porém, o olhar desse desbravador está voltado não para a observação das culturas nelas mesmas, mas sim num espelhamento de sua cultura sobre aquela que se incide o olhar.

Entretanto, no prefácio à *Antropologia*, Kant sinaliza para a dificuldade de uma antropologia e principalmente de uma antropologia pragmática. Essas dificuldades, afirma ele, são “intrínsecas à própria natureza humana”. Em resumo, são elas: 1. Da percepção de que se está sendo observado não se garante uma ação natural. 2. Da observação de si coloca-se numa situação crítica, ou dedica sua atenção ao que motiva a ação ou observa a ação e negligencia a motivação. 3. Os hábitos “dificultam o juízo do homem acerca de si e também do outro.” (prefácio *Antropologia*)

Cabe também destacar que Kant está muito longe de ser um desbravador ou um pesquisador de campo. “Viajar, ainda que seja apenas pela leitura de relatos de viagens, é um dos meios de ampliar o âmbito da antropologia.” (prefácio *Antropologia*)

Aqui surge uma nova possibilidade de reforçar a importância dos exemplos. Nós, por mais que tenhamos viajado e vivenciado situações cotidianas em diversas culturas, ainda assim não teríamos a oportunidade de vislumbrar exatamente os exemplos que Kant traz na sua *Antropologia*. Para compreendermos o que Kant está sugerindo nesses exemplos é preciso um exercício de transposição – no sentido de imaginar, trazendo a figura apresentada no exemplo para a nossa realidade. Se fizermos isso, tomando o exemplo acima, constataríamos o grande número de mulheres de nossa sociedade de sofrerem violência doméstica e não denunciam os seus maridos. Há quem veja motivo de troça nessa atitude e classifique essa mulher como “mulher de

malandro”. Mas há quem observe nisso uma atitude cultural de submissão da mulher ao seu marido que ainda resiste em nossa sociedade. E ainda, pode-se observar o trauma psicológico do julgamento do outro e do julgamento de si própria como culpada da sua situação.

Com isso, fica ainda mais evidente que Kant na *Antropologia* pretende universalizar a capacidade de julgamento livre de um fato³¹, mais do que determinar um tipo de julgamento ideal. Fique claro, desde já, que a ideia de uma intenção está presente na *Antropologia*, mas essa intenção não se pretende massificadora das ações humanas.

Apesar de Kant não afirmar uma conduta massificada, há momentos na *Antropologia* em que ele faz exortações como, por exemplo, no §25.

“Jovem homem! Evita a saciedade (...), senão com o propósito estóico de se abster completamente dela, ao menos com o fino propósito epicurista de ter a perspectiva de uma fruição sempre crescente.” (Antropologia, §25, p.64)

Ou ainda no §63,

“Jovem! (eu repito), acostuma-te a amar o trabalho, recusa-te os contentamentos, não para renunciar a eles, mas para tanto quanto possível mantê-los sempre à vista.” (Antropologia, §63, p.134)

³¹ Quando afirmo que Kant pretende “universalizar a capacidade de julgamento livre de um fato” estou me referindo à saída da menoridade do “O que é o esclarecimento?”.

Eis dois pontos em que Kant aponta para um julgamento adequado, porém ele não se apresenta como regra e sim como uma orientação. De toda forma, neste ponto fica ainda mais clara a intenção de uma formação. Há neles um modelo adequado de pensamento e de conduta.

Disso temos que Kant aponta para a necessidade de uma prudência que norteará a faculdade de julgar.

Na *Crítica da Razão Pura* ele afirma que a faculdade de julgar “é o cunho específico do chamado bom senso, cuja falta nenhuma escola pode suprir.” (CRP, p. 177)

Se há o bom senso, as regras ou exortações serão adequadamente julgadas, não necessariamente seguidas e aplicadas. Este é o ponto. Kant demonstra que mesmo que a intenção seja o desenvolvimento e o progresso da liberdade do julgamento, deve haver uma orientação e, sobretudo esta também deve ser avaliada e não seguida cegamente.

3.2. Os exemplos na característica

Podemos afirmar que a Filosofia kantiana tem por característica o rigor. Um rigor estrutural e objetivo. As obras críticas são as maiores expressões desse aspecto. Porém há outras obras que não atendem a esta estrutura, mas assumem um papel significativo na totalidade da filosofia kantiana. Dessas obras destacamos no presente estudo a *Antropologia de um ponto de vista pragmático* que tem por característica mais expressiva o fato de ser um “instantâneo”³² do processo pedagógico kantiano. Trata-se de uma compilação de exemplos dispostos numa estrutura que pode ser ou não relacionada diretamente com as obras críticas.

³² Uso esse termo para destacar a precisão com que Kant delimita o conteúdo e a estrutura da *Antropologia* como obra a ser publicada. Lembrando que segundo o autor, este livro é um resultado de um curso “ministrado ao longo de trinta anos” “no semestre de inverno”. (*Antropologia*, nota 2, p 23) Portanto, é provável que tenha sofrido diversas alterações neste período.

A presente dissertação pretende uma abordagem direta dos exemplos, independentemente da estrutura da obra corresponder ou não à estrutura crítica. Consideraremos os exemplos apresentados investigando sua importância dentro da obra e sua relevância para a concretização do projeto filosófico kantiano.

Podemos afirmar que os exemplos exprimem uma intenção uma vez que foram escolhidos para ficarem registrados. Eles assumem um papel significativo num livro que pretende proporcionar o conhecimento comparável ao conhecimento de um indivíduo que percorre o mundo através de viagens³³ por lugares, com povos e costumes diferentes mesmo sem ter saído de sua terra natal, a exemplo do próprio Kant. Por essas peculiaridades consideramos que a análise dos exemplos é de suma importância para identificar essa sua intenção tanto nesta obra quanto na concretização do seu projeto³⁴.

Primeiramente verificaremos a relevância do exemplo como forma de conhecimento em Kant, para depois observar como esse instrumento didático – o exemplo – pode ser aplicado na formação do cidadão do mundo.

Passemos à observação da relevância do *exemplo* para Kant. Tomaremos como referência a *Crítica da Razão Pura*, obra na qual o *exemplo* é descrito de forma objetiva, apontando sua função.

³³ “Viajar, ainda que seja apenas pela leitura de relatos de viagens é um dos meios de ampliar o âmbito da antropologia.” (*Antropologia*, p.22) Na nota 1, Kant faz referência como um vasto conhecimento pode ser adquirido “mesmo sem viajar”. Consideramos que Kant pretende elaborar uma obra tal que contribua para esse conhecimento. Porém, não se trata de um relato, mas sim junções de relatos e informações diversas às quais não podemos assegurar veracidade. E neste ponto o nosso estudo se faz importante, pois pretendemos identificar uma intenção de formação daquele que tem contato com a *Antropologia*.

³⁴ Ao nos referirmos ao projeto filosófico Kantiano, nos apoiamos nas relações entre suas diversas obras. Destacamos o ponto que transita entre a aplicação teórica e a aplicação prática como vemos no Prefácio à *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*: “por outro lado, eu exijo, para que a Crítica de uma razão pura prática possa ser acabada, que se possa demonstrar simultaneamente a sua unidade com a razão especulativa num princípio comum.”

Kant apresenta na *Crítica da Razão Pura* a “diferença entre conhecimento puro e conhecimento empírico.”³⁵ (CRP, p. 36) Neste tópico é expresso como a nossa capacidade de conhecer funciona: “efetivamente, que outra coisa poderia despertar e pôr em ação a nossa capacidade de conhecer senão os objetos que afetam os sentidos e que, por um lado, originam por si mesmos as representações e, por outro lado põem em movimento a nossa faculdade intelectual e levam-na a compará-las, ligá-las, ou separá-las, transformando assim a matéria bruta das impressões sensíveis num conhecimento que se denomina experiência?”³⁶ (CRP, p. 36)

Disso destacamos que a *faculdade intelectual* é posta em movimento por objetos que afetam os sentidos, o que nos fornece uma pista importante na nossa análise dos *exemplos*. Partindo da ideia de que os *exemplos* são objetos externos apresentados oralmente ou por ilustração, ou ainda, por situações vivenciadas e observáveis, podemos afirmar que eles não fornecem por si só modelos a serem seguidos uma vez que a reprodução desta situação, tal e qual, nem sempre se mostra possível. Por essa característica eles possibilitam diversas comparações, ligações ou separações entre diversos outros estímulos. Trata-se, portanto, de inúmeras possibilidades de solução de um problema. Uma solução que depende de diversas variáveis. Desta forma, aquele que observa uma determinada situação, certamente efetuará seu julgamento segundo uma hipótese do que seria o ideal.

A noção de ideal, neste caso, viria de uma percepção de que alguns critérios devem ser atendidos. Um dos critérios que podem ser utilizados é o progresso da civilização. Na ocorrência de uma situação semelhante à situação exemplificada o indivíduo poderá julgar que solução seria adequada para o desenvolvimento positivo da civilização.

³⁵ CRP Introdução (B), p. 36.

³⁶ CRP Introdução (B), p. 36.

A *faculdade intelectual* é aquela que se estimulada proporciona ao indivíduo uma ampliação das possibilidades de conhecimento. Isso nos leva a inferir que uma vez que essa faculdade é posta em atividade é possível que o indivíduo seja capaz de encontrar maneiras de se relacionar com o mundo e com o outro de uma forma mais livre³⁷. Pois a partir desses estímulos a ele é dada a possibilidade de apontar novos conhecimentos e soluções para velhos e novos problemas teóricos e morais.

Disto temos que uma vez estimulada, no presente caso, por exemplos, a *faculdade intelectual*, poderá, segundo Kant, apontar outras possibilidades para uma situação particular. Constatamos isso com mais precisão na *Crítica da Razão Pura* na analítica dos princípios.

“Aguçar a faculdade de julgar, tal é a grande e única utilidade dos exemplos.” (CRP, p. 178)

A principal função dos exemplos é, portanto: “aguçar a faculdade de julgar”. Esta faculdade está relacionada tanto aos aspectos teóricos quanto aos aspectos práticos da filosofia kantiana. Desta forma, com o estímulo da *faculdade de julgar* temos tanto a possibilidade de um conhecimento concreto quanto a possibilidade de realizar um julgamento moral. Pois é justamente à *faculdade de julgar* que cabe “a capacidade de *subsumir* a regra, isto é discernir se algo se encontra subordinado a dada regra ou não.” (CRP, p 177) A regra dada, quer seja pelo *entendimento* ou de forma externa, somente encontra validade na *faculdade de julgar*, uma vez que é à esta faculdade que a lógica se submete e não o contrário. Com isso o que se destaca é que justamente “a *faculdade de*

³⁷ A liberdade aqui se apresenta pelo fato de que o pensamento não está restrito às condições empíricas de sua realização. No entanto, o pensamento, por sua liberdade permitirá uma outra abordagem da realidade oferecendo-lhe novas possibilidades.

judgar é um talento especial, que não pode de maneira nenhuma ser ensinado, apenas exercido.” (CRP, p 177)

Esse exercício da *faculdade de judgar* está intimamente ligado às ações dos homens. São algumas dessas ações emblemáticas que vemos relatadas como exemplos na *Antropologia*, cuja proposta é o conhecimento *pragmático* a partir do que o homem “faz de si mesmo, ou pode e deve fazer como ser que age livremente” (*Antropologia*, p.21)

Na *Crítica da Razão Pura*, vemos que a finalidade dessas ações é a *felicidade*. E sendo este o mote de toda a ação humana a razão não opera fornecendo leis puras para ação limitada do ser humana, mas sim leis *pragmáticas* que possibilitem a liberdade nas ações humanas. E considerando que

“Prático é tudo aquilo que é possível pela liberdade. Mas, se as condições de exercício do nosso livre arbítrio são empíricas, a razão só pode ter, nesse caso, um uso regulador e apenas pode servir para efetuar a unidade de leis empíricas; assim, na doutrina da prudência, a unificação de todos os fins, dados pelas nossas inclinações num fim único, a *felicidade*, e a concordância dos meios para a alcançar constituem toda a obra da razão que, para esse efeito, não pode fornecer outra coisa senão leis pragmáticas da nossa livre conduta, próprias para nos alcançarem os fins recomendados pelos sentidos, mas de modo nenhum leis puras completamente determinadas a priori.” CRP A 800 / B 828

temos que o ponto convergente da ação humana é a satisfação no que tange o alcance da *felicidade*. Porém, esse anseio pela *felicidade* parece estar intimamente ligado à noção de *liberdade* como realização plena do ser racional. Ora, as ações livres registradas na *Antropologia* são ações que consideram o que o homem faz de si mesmo e ainda o que pode e deve fazer. Essas condições apontam para o fato de que o homem recebe as consequências – benéficas ou não – de suas ações e que ainda precisa atentar para o que lhe é possível e o que é devido, considerando a sua condição de ser racional.

Considerar essas condições é mais uma pista para a análise da intenção kantiana em relação aos *exemplos*. Pois nesses exemplos não vemos situações isoladas. Cada qual pode se deparar com essas situações em diversos momentos. Ouso afirmar que muitos desses exemplos são atemporais. E como tal eles cumprem a sua função: “aguçar a faculdade de julgar”.

Mas não podemos afirmar que a função dos exemplos na *Antropologia* seja tão simples assim. Há neste conjunto, como já dissemos, uma intenção que primeiramente podemos identificar que pretende, à luz do progresso científico, garantir um progresso da civilização rumo à realização plena do homem.

Um dos exemplos presente na *Antropologia* que corrobora com essa noção é o que segue:

“Os gritos que uma criança recém-nascida faz ouvir não têm o tom de queixa, mas o da indignação e de uma explosão de cólera, não porque sinta alguma dor, mas porque algo a contraria,

provavelmente porque quer se mover e sente sua incapacidade de fazê-lo como grilhões que lhe tolhem a liberdade. – Qual pode ser a intenção da natureza ao fazer a criança vir ao mundo aos gritos, o que é para ela mesma e para mãe, no *rude estado da natureza*, um extremo perigo? Pois um lobo, um porco mesmo, seriam atraídos a devorá-la na ausência da mãe ou no esgotamento das forças desta pelo parto. Nenhum animal além do homem (como ele é agora) anunciará ruidosamente sua existência ao nascer, o que parece estar assim disposto pela sabedoria da natureza para conservar a espécie. É necessário, pois, supor que, nessa classe de animal, tal manifestação da criança ao nascer ainda não ocorria numa época primeira (a saber, no tempo da rudeza), que, portanto, só mais tarde sobreveio uma segunda época, quando ambos pais chegaram àquela cultura necessária à vida doméstica, sem que saibamos como nem por que causas coadjuvantes a natureza realizou semelhante evolução. Essa observação conduz mais além, por exemplo, a pensar se, por grandes revoluções naturais, uma terceira época não poderia se seguir ainda à segunda, quando um orangotango ou um chimpanzé tivesse seus órgãos que servem para caminhar, tocar os objetos e falar formando a estrutura de um homem, cujo interior conteria um órgão para uso do entendimento e se desenvolveria gradualmente por meio da cultura social.”

(*Antropologia*, p.222 nota 192)

Nesta nota, vemos que Kant destaca uma característica do comportamento humano observado com naturalidade. O grito da criança ao nascer é uma ação esperada com ansiedade por todos a sua volta. Porém, se considerarmos que esta ação ocorria tal e qual no “tempo da rudeza”, seria difícil garantir o desenvolvimento da espécie. No entanto, supondo que o grito era contido ou até mesmo inexistente, temos uma condição menos vulnerável para o desenvolvimento do ser humano.

Com isto, temos que a visão de que ser humano progride pelo uso da razão é o ponto de partida da análise kantiana. Este também é o seu objetivo, ou seja, afirmar que esse progresso é um movimento contínuo do homem, não mais em função apenas de sua preservação, mas de sua realização plena como espécie.

Neste exemplo da criança, Kant demonstra que é a *razão* que por suas faculdades permite ao homem superar as limitações físicas e se afirmar no mundo como espécie “dominante”. Hoje, como o homem é agora com a civilização, é permitido e esperado que a criança anuncie o seu nascimento a plenos pulmões. Isso mostra claramente que a ideia de desenvolvimento cultural está intimamente atrelada à ideia de desenvolvimento da humanidade e que conseqüentemente é necessário o professo de formação daquele que será o “cidadão do mundo”.

Cabe aos processos de formação deste homem civilizado a garantia de que os erros cometidos sejam evitados e que os acertos sejam inspirações para ações futuras ainda melhores. Ou seja, se todos tivessem que aprender pela experiência que, se no momento do nascimento, o grito da criança funciona como um alarme para os outros animais, não poderíamos considerar em nenhum momento uma ideia de desenvolvimento do homem e tão pouco o desenvolvimento da humanidade como um todo. Porém, se considerarmos que desde os primórdios tempos da rudeza os seres humanos, por sua racionalidade, fossem capazes de observar e agir tendo em vista a

garantia da preservação de sua vida e conseqüentemente de sua espécie, podemos acompanhar Kant em seu raciocínio e imaginar como sendo possível até mesmo o que ele chama de uma “terceira revolução”.

Considerando que o exercício da *faculdade de julgar* é o que permitirá um avanço, ou com as palavras de Kant, um “progresso”³⁸ rumo a esta realização, o conhecimento do mundo é um grande facilitador, pois

“Conhecer, pois, o ser humano segundo sua espécie, como ser terreno dotado de razão, merece particularmente ser chamado de conhecimento do mundo, ainda que só constitua uma parte das criaturas terrenas.” (Antropologia, p. 21)

Ainda sobre a *faculdade de julgar*, temos que ela dá ao *entendimento* regras formais do seu uso, mas para o emprego correto dessas regras deve haver uma instrução por parte da faculdade de julgar. “assim se manifesta que o entendimento é, sem dúvida, susceptível de ser instruído e apetrechado por regras, mas que a *faculdade de julgar* é um talento especial, que não pode de maneira nenhuma ser ensinado, apenas exercido.” (CRP, p. 177)

Disso temos que para realizarmos uma leitura dos exemplos utilizados por Kant, é necessário compreender claramente que a *faculdade de julgar* uma vez acurada faz com que o uso do entendimento também o seja. Para tanto, o que salta aos olhos é que tal faculdade não é ensinada, ou seja, ela não é apetrechada de regras como o é o entendimento, ela é também despertada a partir de experiências que lhe são apresentadas na forma dos exemplos.

³⁸ *Antropologia*, Prefácio, 119

“Porque, embora a escola³⁹ possa preencher um entendimento acanhado e como que nele enxertar regras proveniente de um saber alheio, é necessária ao aprendiz a capacidade de se servir delas corretamente e nenhuma regra, que se lhe possa dar para esse efeito, está livre de má aplicação se faltar tal dom da natureza.” (CRP, p. 177-178)

Ou seja, na formação o indivíduo pode receber diretamente dos seus mestres um conjunto de regras que se aplicadas corretamente, atentando para condições específicas, atingirão o resultado esperado, porém para por aí o desenvolvimento deste indivíduo, fazendo-o um mero aplicador de regras. Ou seja, a *faculdade de julgar*, neste caso, não é estimulada e sim “abastecida” de regras.

“Assim, um médico, um juiz, um estadista podem ter na cabeça excelentes regras patológicas, a ponto de serem sábios professores nessas matérias e todavia errar facilmente na sua aplicação, ou porque lhes falte o juízo natural (embora lhes não falte o entendimento) e, compreendendo o geral in abstrato, não sejam capazes de discernir se nele se inclui um caso in concreto ou então também por se não prepararem suficientemente para esses juízos com exemplos e tarefas concretas.” (CRP, p. 178)

³⁹ Tomaremos o termo “escola” no sentido de um sistema de pensamento. Desta forma, entendemos que a escola à qual Kant faz referência é todo sistema de pensamento que visa a obtenção de conhecimento, porém apresenta ao discípulo as regras mas não o estimula a encontrar novas possibilidades.

Do exposto destacamos que na *Antropologia* Kant não apresenta um compêndio de regras a serem seguidas, ao invés, ele reúne uma gama de exemplos diversos dos quais não é possível extrair uma determinação da ação necessariamente adequada. De início, podemos inferir que esses exemplos se comportam como meios para atingir um resultado esperado.

Os exemplos ali apresentados não aparecem ao acaso. Há um mote explícito: o conhecimento do homem do ponto de vista pragmático.

Vemos que o que é posto como teoria na *Crítica da Razão Pura* aparece como ato na *Antropologia*. Uma vez que a estrutura desta última, permeada de exemplos, não garante um conhecimento específico, mas proporciona a possibilidade de extrair ações adequadas visando o progresso da civilização.

“Todos os progressos na civilização, pelos quais o homem se educa, têm como fim que os conhecimentos e habilidades adquiridos sirvam para o uso do mundo, mas no mundo o objeto mais importante ao qual o homem pode aplicá-lo é o ser humano, porque ele é seu próprio fim último.”⁴⁰

Disso, toda a ação humana que busca o conhecimento e o desenvolvimento de habilidades deve voltar-se como benefício para o próprio homem tendo como finalidade do desenvolvimento da humanidade. Neste caso, o meio para o desenvolvimento da humanidade é o progresso da civilização, na mesma medida em que o homem, como afirmado na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, “não é uma coisa; não é

⁴⁰ *Antropologia*, prefácio, 119. Ao considerarmos este excerto, temos que o conhecimento que o ser humano adquire de si mesmo deve ser usado para o seu próprio desenvolvimento, portanto se utilizar das ações humanas tais como elas são descritas em exemplos levaria a um aprimoramento dessas ações. Lembrando que a finalidade é sempre o próprio homem.

portanto um objeto que possa ser utilizado *simplesmente* como um meio, mas pelo contrário deve ser considerado sempre em todas as suas ações como fim em si mesmo.” (FMC p. 70) Desta forma, as ações dos homens podem ser observadas e repensadas a todo momento, visando o desenvolvimento do próprio ser humano.

Disto, um conhecimento do ser humano de um ponto de vista pragmático levará ao conhecimento do homem enquanto espécie e do mundo enquanto totalidade. Lembrando que este conhecimento tem por característica a dinâmica da *faculdade de julgar*, promovendo uma diversidade de ações contingentes, tendo em vista o progresso da civilização.

Uma vez identificado que os exemplos não são recursos isento de direcionamento, vemos a importância de ressaltar o quanto problemática pode ser a má aplicação dos exemplos.

“no tocante ao rigor e precisão dos conhecimentos do entendimento, os exemplos são, geralmente, mais prejudiciais que vantajosos, porque é raro cumprirem adequadamente a condição da regra (...) e enfraquecem, além disso, muitas vezes, o esforço do entendimento para apreender, em toda a suficiência, as regras em geral e independentemente das condições particulares da experiência, de tal modo que, por fim, nos habituamos a usá-las mais como fórmulas do que como princípios.” (CRP, p. 178).

As regras são necessárias para o *entendimento*. Porém, os *exemplos*, para o *entendimento*, assumem um papel danoso por possibilitarem que o rigor da regra seja quebrado. Por isso, não cabe ao entendimento o exame dos exemplos. Por outro lado,

estes são fundamentais para a *faculdade de julgar* justamente por orientar a aplicação da regra em cada caso. Quando os exemplos são empregados de forma inadequada no *entendimento* isso possibilita que estes sejam tomados como regras em si mesmos, erro grave que impede a aplicação da regra de forma universal e que torna impreciso o resultado esperado.

Os exemplos, portanto, não podem ser utilizados sem critérios. Eles precisam primar por uma clareza de ideias e apontar para um objetivo. Caso contrário pode gerar uma má compreensão e uma aplicação inadequada⁴¹. Lembrando que os exemplos não são tomados pelo *entendimento* como regras, mas uma vez que a *faculdade de julgar* os toma como regra aí se estabelece a possibilidade do equívoco.

É possível verificar quão danoso pode ser se tomarmos um exemplo como regra através de um dos exemplos da *Antropologia*:

“Foi assim que, no caso de uma pessoa que, por estar condenada à prisão, matou de desespero um filho, um certo juiz a declarou louca e, portanto, livre da pena de morte. – Pois dizia ele: quem de falsas premissas infere conclusões verdadeiras, está louco⁴². Ora, aquela pessoa admitia como princípio que a pena de prisão é uma desonra indelével, pior que a morte (o que entretanto é falso), chegando daí à conclusão de que merecia a morte. – Por conseguinte, estava louca e, como tal, a pena de morte deveria ser anulada. – Com base nesse argumento seria bem fácil declarar

⁴¹ O inadequado se refere à intenção contida no exemplo.

⁴² O juiz entende que a mulher certamente estava louca porque esta acreditou que era preferível que seu filho morresse ao invés de ter que conviver com a desonra de ter uma mãe presa. O erro aqui se apresenta pelo fato da mãe tomar como regra –lógico– algo que na verdade está submetido ao tempo, aos costumes, portanto, às circunstâncias. Neste caso, o juiz a declara louca e a deixa livre. Outro erro, segundo, Kant uma vez que esta regra, se aplicada em outros casos, liberaria facilmente muitos outros criminosos de suas penas pela alegação de loucura.

loucos todos os criminosos, de quem se deveria ter pena e a quem se deveria curar, mas não castigar. (Antropologia nota 85, p. 112)”

Temos do excerto acima uma ótima demonstração de como é possível fazer de um exemplo uma regra ignóbil. Afirmar que de um caso particular devemos inferir necessariamente uma “sentença” universal é fazer uma leitura muito rasa dos exemplos kantianos. Não temos aqui um ensinamento rigoroso de como uma mãe deve proceder ao ser condenada, nem como o juiz deve julgar tal mulher, mas sim a expressão de como os erros de um raciocínio lógico aplicado a um julgamento circunstancial pode ser levado a uma conclusão bastante imprecisa.

Podemos identificar que, no presente caso, Kant aponta justamente para esse problema. Dada uma variável – com a condenação, a pessoa mata seu filho num ato desesperado – nem todos matam seus filhos quando são condenados, tão pouco poderíamos afirmar que, cedo ou tarde tais pessoas cometeriam tal atrocidade. E ainda tão pouco poderíamos afirmar que dessa situação teríamos a regra de que para ser absolvida a mãe necessariamente deve matar seu filho. Porém, se considerarmos esse ato singular de uma mãe desesperada, podemos inferir que mães que tenham um senso moral – socialmente falando – não admitiriam que seus filhos sejam expostos a uma realidade tão perversa e tentariam de diversas formas pouparem os seus filhos. Mesmo com esta leitura, não é possível fechar tal exemplo como regra, pois teríamos a variável da formação, da personalidade, do futuro etc.

Sem a ação da *faculdade de julgar* munida de informações que lhe permitam juízos e a formulação de regras, o *entendimento* fica prejudicado e, neste caso, a

moralidade é comprometida. Com esse comprometimento a realização do fim último do ser humano também fica comprometida.

Ministrando o curso de *Antropologia* por trinta anos, Kant pode muito bem ter se colocado na situação daquele que forma indivíduos que serão replicadores de regras ou daqueles que serão capazes de apontar para novas possibilidades. Há quem possa objetar essa última hipótese apontando para o rigor kantiano tão fortemente verificável nas Críticas, neste caso estaria negando a possibilidade de relação entre estas e as demais obras. Exagerando, estaria agindo como se procedesse uma divisão de Kant em dois diferentes autores, o que me parece absurdo. O referido rigor kantiano é empregado nas críticas com o intuito de tornar claras e objetivas as afirmações ali presentes. A maleabilidade da estrutura nas outras obras aponta para uma percepção de que para a compreensão deste rigor crítico é necessário uma formação daqueles que serão seus leitores.

Compreendendo o processo pedagógico, sabemos que a didática não se aplica sem variações. Temos públicos diferentes, humores diferentes, objetivos diferentes entre outras características particulares. Porém o que temos em comum é o professor que se dispõe a levar aos seus alunos um certo conteúdo.

Observando a *Antropologia*, de maneira geral, podemos dizer que o conteúdo a ser apresentado não está explícito, pois requer de seu leitor mais do que a habilidade da leitura. Requer, todavia, uma avaliação do caso apresentado e exige posteriormente uma capacidade de inferir de situações distintas um julgamento mais cuidadoso. Com os exemplos, o aluno pode verificar outras situações correspondentes em seu cotidiano e

analisa-las e finalmente emitir um juízo. Pode-se levantar a hipótese de que ele nem faça uma correspondência, pois nunca vivenciara tal situação, mas no momento em que se vir diante de uma situação semelhante ou que o leve ativar sua memória ele poderá elaborar, por si mesmo, um juízo correspondente.

“Considera-se geralmente como fábula a antiga lenda a respeito dos russos, segundo a qual as mulheres suspeitavam que seus maridos estavam tendo caso com outras mulheres se, de quando em quando, não apanhassem deles.” (Antropologia, p. 200, nota 165)

Temos acima a afirmação do senso comum, em que as mulheres russas encaixam-se na descrição de indivíduos que consideram aceitável apanhar de seus maridos desde que isso lhes garanta a atenção desses e sua fidelidade. Ora, tal afirmação assume um aspecto caricato e possibilita uma interpretação preconceituosa, porém o exemplo continua com um relato de um caso particular, como segue:

“Mas nas viagens de Cook se pode ler que um marujo inglês, vendo um índio Otaheit bater na mulher, quis dar uma de galante e avançou sobre ele, ameaçando-o. A mulher se voltou no ato contra o inglês, perguntando-lhe que tinha a ver com isso! O homem tinha de fazer aquilo!” (Antropologia, p. 200, nota 165)

Caso particular este que oferece elementos de corroboração para o caso generalizado anteriormente. No entanto, se observarmos atentamente tanto um quanto

outro veremos que há sempre uma questão que está por traz de cada um desses comportamentos. No primeiro caso, podemos dizer que o foco é o reconhecimento de uma ação de infidelidade que nem sempre se mostra verificável, mas causa diversos distúrbios sociais. No segundo, podemos verificar uma necessidade de preservação da unidade familiar mesmo que isso signifique uma indignidade pessoal. Ora, vemos que esse exemplo não tem como objetivo desmerecer a condição da mulher, mas pode apontar para o fato dela ser capaz de lidar com situações aparentemente limitadoras visando um fim – sua própria felicidade.

Destaco ainda a origem da observação do fato presente no exemplo citado, além da presença de uma certa ironia na narrativa kantiana. Kant trouxe-nos a narrativa de um desbravador, James Cook, que hoje recebe os louros de que suas observações inauguram uma nova ciência: a antropologia. Porém, o olhar desse desbravador está voltado não para a observação das culturas nelas mesmas, mas sim num espelhamento de sua cultura sobre aquela que se incide o olhar.

Entretanto, no prefácio à *Antropologia*, Kant sinaliza para a dificuldade de uma antropologia e principalmente de uma antropologia pragmática. Essas dificuldades, afirma ele, são “intrínsecas à própria natureza humana”. Em resumo, são elas: 1. Da percepção de que se está sendo observado não se garante uma ação natural. 2. Da observação de si coloca-se numa situação crítica, ou dedica sua atenção ao que motiva a ação ou observa a ação e negligencia a motivação. 3. Os hábitos “dificultam o juízo do homem acerca de si e também do outro.” (prefácio *Antropologia*)

Cabe também destacar que Kant está muito longe de ser um desbravador ou um pesquisador de campo. “Viajar, ainda que seja apenas pela leitura de relatos de viagens, é um dos meios de ampliar o âmbito da antropologia.” (prefácio *Antropologia*)

Aqui surge uma nova possibilidade de reforçar a importância dos exemplos. Nós, por mais que tenhamos viajado e vivenciado situações cotidianas em diversas culturas, ainda assim não teríamos a oportunidade de vislumbrar exatamente os exemplos que Kant traz na sua *Antropologia*. Para compreendermos o que Kant está sugerindo nesses exemplos é preciso um exercício de transposição – no sentido de imaginar, trazendo a figura apresentada no exemplo para a nossa realidade. Se fizermos isso, tomando o exemplo acima, constataríamos o grande número de mulheres de nossa sociedade de sofrerem violência doméstica e não denunciam os seus maridos. Há quem veja motivo de troça nessa atitude e classifique essa mulher como “mulher de malandro”. Mas há quem observe nisso uma atitude cultural de submissão da mulher ao seu marido que ainda resiste em nossa sociedade. E ainda, pode-se observar o trauma psicológico do julgamento do outro e do julgamento de si própria como culpada da sua situação.

Com isso, fica ainda mais evidente que Kant na *Antropologia* pretende universalizar a capacidade de julgamento livre de um fato⁴³, mais do que determinar um tipo de julgamento ideal. Fique claro, desde já, que a ideia de uma intenção está presente na *Antropologia*, mas essa intenção não se pretende massificadora das ações humanas.

Apesar de Kant não afirmar uma conduta massificada, há momentos na *Antropologia* em que ele faz exortações como, por exemplo, no §25.

“Jovem homem! Evita a saciedade (...), senão com o propósito estóico de se abster completamente dela, ao menos com

⁴³ Quando afirmo que Kant pretende “universalizar a capacidade de julgamento livre de um fato” estou me referindo à saída da menoridade do “O que é o esclarecimento?”.

o fino propósito epicurista de ter a perspectiva de uma fruição sempre crescente.” (Antropologia, §25, p.64)

Ou ainda no §63,

“Jovem! (eu repito), acostuma-te a amar o trabalho, recusa-te os contentamentos, não para renunciar a eles, mas para tanto quanto possível mantê-los sempre à vista.” (Antropologia, §63, p.134)

Eis dois pontos em que Kant aponta para um julgamento adequado, porém ele não se apresenta como regra e sim como uma orientação. De toda forma, neste ponto fica ainda mais clara a intenção de uma formação. Há neles um modelo adequado de pensamento e de conduta.

Disso temos que Kant aponta para a necessidade de uma prudência que norteará a faculdade de julgar.

Na *Crítica da Razão Pura* ele afirma que a faculdade de julgar “é o cunho específico do chamado bom senso, cuja falta nenhuma escola pode suprir.” (CRP, p. 177)

Se há o bom senso, as regras ou exortações serão adequadamente julgadas, não necessariamente seguidas e aplicadas. Este é o ponto. Kant demonstra que mesmo que a intenção seja o desenvolvimento e o progresso da liberdade do julgamento, deve haver uma orientação e, sobretudo esta também deve ser avaliada e não seguida cegamente.

Considerações finais

Podemos afirmar que a Filosofia kantiana tem por característica o rigor. Um rigor estrutural e objetivo. As obras críticas são as maiores expressões desse aspecto. Porém há outras obras que não atendem a esta estrutura, mas assumem um papel significativo na totalidade da filosofia kantiana. Dessas obras destacamos no presente estudo a *Antropologia de um ponto de vista pragmático* que tem por característica mais expressiva o fato de ser um “instantâneo”⁴⁴ do processo pedagógico kantiano. Trata-se de uma compilação de exemplos dispostos numa estrutura que pode ser ou não relacionada diretamente com as obras críticas.

A presente dissertação pretende uma abordagem direta dos exemplos, independentemente da estrutura da obra corresponder ou não à estrutura crítica. Consideraremos os exemplos apresentados investigando sua importância dentro da obra e sua relevância para a concretização do projeto filosófico kantiano.

Podemos afirmar que os exemplos exprimem uma intenção uma vez que foram escolhidos para ficarem registrados. Eles assumem um papel significativo num livro que pretende proporcionar o conhecimento comparável ao conhecimento de um indivíduo que percorre o mundo através de viagens⁴⁵ por lugares, com povos e costumes diferentes mesmo sem ter saído de sua terra natal, a exemplo do próprio Kant. Por essas

⁴⁴ Uso esse termo para destacar a precisão com que Kant delimita o conteúdo e a estrutura da *Antropologia* como obra a ser publicada. Lembrando que segundo o autor, este livro é um resultado de um curso “ministrado ao longo de trinta anos” “no semestre de inverno”. (*Antropologia*, nota 2, p 23) Portanto, é provável que tenha sofrido diversas alterações neste período.

⁴⁵ “Viajar, ainda que seja apenas pela leitura de relatos de viagens é um dos meios de ampliar o âmbito da antropologia.” (*Antropologia*, p.22) Na nota 1, Kant faz referência como um vasto conhecimento pode ser adquirido “mesmo sem viajar”. Consideramos que Kant pretende elaborar uma obra tal que contribua para esse conhecimento. Porém, não se trata de um relato, mas sim junções de relatos e informações diversas às quais não podemos assegurar veracidade. E neste ponto o nosso estudo se faz importante, pois pretendemos identificar uma intenção de formação daquele que tem contato com a *Antropologia*.

peculiaridades consideramos que a análise dos exemplos é de suma importância para identificar essa sua intenção tanto nesta obra quanto na concretização do seu projeto⁴⁶.

Primeiramente verificaremos a relevância do exemplo como forma de conhecimento em Kant, para depois observar como esse instrumento didático – o exemplo – pode ser aplicado na formação do cidadão do mundo.

Passemos à observação da relevância do *exemplo* para Kant. Tomaremos como referência a *Crítica da Razão Pura*, obra na qual o *exemplo* é descrito de forma objetiva, apontando sua função.

Kant apresenta na *Crítica da Razão Pura* a “diferença entre conhecimento puro e conhecimento empírico.”⁴⁷ (CRP, p. 36) Neste tópico é expresso como a nossa capacidade de conhecer funciona: “efetivamente, que outra coisa poderia despertar e pôr em ação a nossa capacidade de conhecer senão os objetos que afetam os sentidos e que, por um lado, originam por si mesmos as representações e, por outro lado põem em movimento a nossa faculdade intelectual e levam-na a compará-las, ligá-las, ou separá-las, transformando assim a matéria bruta das impressões sensíveis num conhecimento que se denomina experiência?”⁴⁸ (CRP, p. 36)

Disso destacamos que a *faculdade intelectual* é posta em movimento por objetos que afetam os sentidos, o que nos fornece uma pista importante na nossa análise dos *exemplos*. Partindo da ideia de que os *exemplos* são objetos externos apresentados

⁴⁶ Ao nos referirmos ao projeto filosófico Kantiano, nos apoiamos nas relações entre suas diversas obras. Destacamos o ponto que transita entre a aplicação teórica e a aplicação prática como vemos no Prefácio à *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*: “por outro lado, eu exijo, para que a Crítica de uma razão pura prática possa ser acabada, que se possa demonstrar simultaneamente a sua unidade com a razão especulativa num princípio comum.”

⁴⁷ CRP Introdução (B), p. 36.

⁴⁸ CRP Introdução (B), p. 36.

oralmente ou por ilustração, ou ainda, por situações vivenciadas e observáveis, podemos afirmar que eles não fornecem por si só modelos a serem seguidos uma vez que a reprodução desta situação, tal e qual, nem sempre se mostra possível. Por essa característica eles possibilitam diversas comparações, ligações ou separações entre diversos outros estímulos. Trata-se, portanto, de inúmeras possibilidades de solução de um problema. Uma solução que depende de diversas variáveis. Desta forma, aquele que observa uma determinada situação, certamente efetuará seu julgamento segundo uma hipótese do que seria o ideal.

A noção de ideal, neste caso, viria de uma percepção de que alguns critérios devem ser atendidos. Um dos critérios que podem ser utilizados é o progresso da civilização. Na ocorrência de uma situação semelhante à situação exemplificada o indivíduo poderá julgar que solução seria adequada para o desenvolvimento positivo da civilização.

A *faculdade intelectual* é aquela que se estimulada proporciona ao indivíduo uma ampliação das possibilidades de conhecimento. Isso nos leva a inferir que uma vez que essa faculdade é posta em atividade é possível que o indivíduo seja capaz de encontrar maneiras de se relacionar com o mundo e com o outro de uma forma mais livre⁴⁹. Pois a partir desses estímulos a ele é dada a possibilidade de apontar novos conhecimentos e soluções para velhos e novos problemas teóricos e morais.

Disto temos que uma vez estimulada, no presente caso, por exemplos, a *faculdade intelectual*, poderá, segundo Kant, apontar outras possibilidades para uma situação particular. Constatamos isso com mais precisão na *Crítica da Razão Pura* na analítica dos princípios.

⁴⁹ A liberdade aqui se apresenta pelo fato de que o pensamento não está restrito às condições empíricas de sua realização. No entanto, o pensamento, por sua liberdade permitirá uma outra abordagem da realidade oferecendo-lhe novas possibilidades.

“Aguçar a faculdade de julgar, tal é a grande e única utilidade dos exemplos.” (CRP, p. 178)

A principal função dos exemplos é, portanto: “aguçar a faculdade de julgar”. Esta faculdade está relacionada tanto aos aspectos teóricos quanto aos aspectos práticos da filosofia kantiana. Desta forma, com o estímulo da *faculdade de julgar* temos tanto a possibilidade de um conhecimento concreto quanto a possibilidade de realizar um julgamento moral. Pois é justamente à *faculdade de julgar* que cabe “a capacidade de *subsumir* a regra, isto é discernir se algo se encontra subordinado a dada regra ou não.” (CRP, p 177) A regra dada, quer seja pelo *entendimento* ou de forma externa, somente encontra validade na *faculdade de julgar*, uma vez que é à esta faculdade que a lógica se submete e não o contrário. Com isso o que se destaca é que justamente “a *faculdade de julgar* é um talento especial, que não pode de maneira nenhuma ser ensinado, apenas exercido.” (CRP, p 177)

Esse exercício da *faculdade de julgar* está intimamente ligado às ações dos homens. São algumas dessas ações emblemáticas que vemos relatadas como exemplos na *Antropologia*, cuja proposta é o conhecimento *pragmático* a partir do que o homem “faz de si mesmo, ou pode e deve fazer como ser que age livremente” (*Antropologia*, p.21)

Na *Crítica da Razão Pura*, vemos que a finalidade dessas ações é a *felicidade*. E sendo este o mote de toda a ação humana a razão não opera fornecendo leis puras para ação limitada do ser humana, mas sim leis *pragmáticas* que possibilitem a liberdade nas ações humanas. E considerando que

“Prático é tudo aquilo que é possível pela liberdade. Mas, se as condições de exercício do nosso livre arbítrio são empíricas, a razão só pode ter, nesse caso, um uso regulador e apenas pode servir para efetuar a unidade de leis empíricas; assim, na doutrina da prudência, a unificação de todos os fins, dados pelas nossas inclinações num fim único, a *felicidade*, e a concordância dos meios para a alcançar constituem toda a obra da razão que, para esse efeito, não pode fornecer outra coisa senão leis pragmáticas da nossa livre conduta, próprias para nos alcançarem os fins recomendados pelos sentidos, mas de modo nenhum leis puras completamente determinadas a priori.” CRP A 800 / B 828

temos que o ponto convergente da ação humana é a satisfação no que tange o alcance da *felicidade*. Porém, esse anseio pela *felicidade* parece estar intimamente ligado à noção de *liberdade* como realização plena do ser racional. Ora, as ações livres registradas na *Antropologia* são ações que consideram o que o homem faz de si mesmo e ainda o que pode e deve fazer. Essas condições apontam para o fato de que o homem recebe as consequências – benéficas ou não – de suas ações e que ainda precisa atentar para o que lhe é possível e o que é devido, considerando a sua condição de ser racional.

Considerar essas condições é mais uma pista para a análise da intenção kantiana em relação aos *exemplos*. Pois nesses exemplos não vemos situações isoladas. Cada qual pode se deparar com essas situações em diversos momentos. Ouso afirmar que

muitos desses exemplos são atemporais. E como tal eles cumprem a sua função: “aguçar a faculdade de julgar”.

Mas não podemos afirmar que a função dos exemplos na *Antropologia* seja tão simples assim. Há neste conjunto, como já dissemos, uma intenção que primeiramente podemos identificar que pretende, à luz do progresso científico, garantir um progresso da civilização rumo à realização plena do homem.

Um dos exemplos presente na *Antropologia* que corrobora com essa noção é o que segue:

“Os gritos que uma criança recém-nascida faz ouvir não têm o tom de queixa, mas o da indignação e de uma explosão de cólera, não porque sinta alguma dor, mas porque algo a contraria, provavelmente porque quer se mover e sente sua incapacidade de fazê-lo como grilhões que lhe tolhem a liberdade. – Qual pode ser a intenção da natureza ao fazer a criança vir ao mundo aos gritos, o que é para ela mesma e para mãe, no *rude estado da natureza*, um extremo perigo? Pois um lobo, um porco mesmo, seriam atraídos a devorá-la na ausência da mãe ou no esgotamento das forças desta pelo parto. Nenhum animal além do homem (como ele é agora) anunciará ruidosamente sua existência ao nascer, o que parece estar assim disposto pela sabedoria da natureza para conservar a espécie. É necessário, pois, supor que, nessa classe de animal, tal manifestação da criança ao nascer ainda não ocorria numa época primeira (a saber, no tempo da rudeza), que, portanto, só mais tarde sobreveio uma segunda época, quando ambos pais

chegaram àquela cultura necessária à vida doméstica, sem que saibamos como nem por que causas coadjuvantes a natureza realizou semelhante evolução. Essa observação conduz mais além, por exemplo, a pensar se, por grandes revoluções naturais, uma terceira época não poderia se seguir ainda à segunda, quando um orangotango ou um chimpanzé tivesse seus órgãos que servem para caminhar, tocar os objetos e falar formando a estrutura de um homem, cujo interior conteria um órgão para uso do entendimento e se desenvolveria gradualmente por meio da cultura social.”

(*Antropologia*, p.222 nota 192)

Nesta nota, vemos que Kant destaca uma característica do comportamento humano observado com naturalidade. O grito da criança ao nascer é uma ação esperada com ansiedade por todos a sua volta. Porém, se considerarmos que esta ação ocorria tal e qual no “tempo da rudeza”, seria difícil garantir o desenvolvimento da espécie. No entanto, supondo que o grito era contido ou até mesmo inexistente, temos uma condição menos vulnerável para o desenvolvimento do ser humano.

Com isto, temos que a visão de que ser humano progride pelo uso da razão é o ponto de partida da análise kantiana. Este também é o seu objetivo, ou seja, afirmar que esse progresso é um movimento contínuo do homem, não mais em função apenas de sua preservação, mas de sua realização plena como espécie.

Neste exemplo da criança, Kant demonstra que é a *razão* que por suas faculdades permite ao homem superar as limitações físicas e se afirmar no mundo como espécie “dominante”. Hoje, como o homem é agora com a civilização, é permitido e esperado que a criança anuncie o seu nascimento a plenos pulmões. Isso mostra

claramente que a ideia de desenvolvimento cultural está intimamente atrelada à ideia de desenvolvimento da humanidade e que conseqüentemente é necessário o professo de formação daquele que será o “cidadão do mundo”.

Cabe aos processos de formação deste homem civilizado a garantia de que os erros cometidos sejam evitados e que os acertos sejam inspirações para ações futuras ainda melhores. Ou seja, se todos tivessem que aprender pela experiência que, se no momento do nascimento, o grito da criança funciona como um alarme para os outros animais, não poderíamos considerar em nenhum momento uma ideia de desenvolvimento do homem e tão pouco o desenvolvimento da humanidade como um todo. Porém, se considerarmos que desde os primórdios tempos da rudeza os seres humanos, por sua racionalidade, fossem capazes de observar e agir tendo em vista a garantia da preservação de sua vida e conseqüentemente de sua espécie, podemos acompanhar Kant em seu raciocínio e imaginar como sendo possível até mesmo o que ele chama de uma “terceira revolução”.

Considerando que o exercício da *faculdade de julgar* é o que permitirá um avanço, ou com as palavras de Kant, um “progresso”⁵⁰ rumo a esta realização, o conhecimento do mundo é um grande facilitador, pois

“Conhecer, pois, o ser humano segundo sua espécie, como ser terreno dotado de razão, merece particularmente ser chamado de conhecimento do mundo, ainda que só constitua uma parte das criaturas terrenas.” (Antropologia, p. 21)

⁵⁰ *Antropologia*, Prefácio, 119

Ainda sobre a *faculdade de julgar*, temos que ela dá ao *entendimento* regras formais do seu uso, mas para o emprego correto dessas regras deve haver uma instrução por parte da faculdade de julgar. “assim se manifesta que o entendimento é, sem dúvida, susceptível de ser instruído e apetrechado por regras, mas que a *faculdade de julgar* é um talento especial, que não pode de maneira nenhuma ser ensinado, apenas exercido.” (CRP, p. 177)

Disso temos que para realizarmos uma leitura dos exemplos utilizados por Kant, é necessário compreender claramente que a *faculdade de julgar* uma vez acurada faz com que o uso do entendimento também o seja. Para tanto, o que salta aos olhos é que tal faculdade não é ensinada, ou seja, ela não é apetrechada de regras como o é o entendimento, ela é também despertada a partir de experiências que lhe são apresentadas na forma dos exemplos.

“Porque, embora a escola⁵¹ possa preencher um entendimento acanhado e como que nele enxertar regras proveniente de um saber alheio, é necessária ao aprendiz a capacidade de se servir delas corretamente e nenhuma regra, que se lhe possa dar para esse efeito, está livre de má aplicação se faltar tal dom da natureza.” (CRP, p. 177-178)

Ou seja, na formação o indivíduo pode receber diretamente dos seus mestres um conjunto de regras que se aplicadas corretamente, atentando para condições específicas, atingirão o resultado esperado, porém para por aí o desenvolvimento deste indivíduo,

⁵¹ Tomaremos o termo “escola” no sentido de um sistema de pensamento. Desta forma, entendemos que a escola à qual Kant faz referência é todo sistema de pensamento que visa a obtenção de conhecimento, porém apresenta ao discípulo as regras mas não o estimula a encontrar novas possibilidades.

fazendo-o um mero aplicador de regras. Ou seja, a *faculdade de julgar*, neste caso, não é estimulada e sim “abastecida” de regras.

“Assim, um médico, um juiz, um estadista podem ter na cabeça excelentes regras patológicas, a ponto de serem sábios professores nessas matérias e todavia errar facilmente na sua aplicação, ou porque lhes falte o juízo natural (embora lhes não falte o entendimento) e, compreendendo o geral in abstrato, não sejam capazes de discernir se nele se inclui um caso in concreto ou então também por se não prepararem suficientemente para esses juízos com exemplos e tarefas concretas.” (CRP, p. 178)

Do exposto destacamos que na *Antropologia* Kant não apresenta um compêndio de regras a serem seguidas, ao invés, ele reúne uma gama de exemplos diversos dos quais não é possível extrair uma determinação da ação necessariamente adequada. De início, podemos inferir que esses exemplos se comportam como meios para atingir um resultado esperado.

Os exemplos ali apresentados não aparecem ao acaso. Há um mote explícito: o conhecimento do homem do ponto de vista pragmático.

Vemos que o que é posto como teoria na *Crítica da Razão Pura* aparece como ato na *Antropologia*. Uma vez que a estrutura desta última, permeada de exemplos, não garante um conhecimento específico, mas proporciona a possibilidade de extrair ações adequadas visando o progresso da civilização.

“Todos os progressos na civilização, pelos quais o homem se educa, têm como fim que os conhecimentos e habilidades adquiridos sirvam para o uso do mundo, mas no mundo o objeto mais importante ao qual o homem pode aplicá-lo é o ser humano, porque ele é seu próprio fim último.”⁵²

Disso, toda a ação humana que busca o conhecimento e o desenvolvimento de habilidades deve voltar-se como benefício para o próprio homem tendo como finalidade do desenvolvimento da humanidade. Neste caso, o meio para o desenvolvimento da humanidade é o progresso da civilização, na mesma medida em que o homem, como afirmado na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, “não é uma coisa; não é portanto um objeto que possa ser utilizado *simplesmente* como um meio, mas pelo contrário deve ser considerado sempre em todas as suas ações como fim em si mesmo.” (FMC p. 70) Desta forma, as ações dos homens podem ser observadas e repensadas a todo momento, visando o desenvolvimento do próprio ser humano.

Disto, um conhecimento do ser humano de um ponto de vista pragmático levará ao conhecimento do homem enquanto espécie e do mundo enquanto totalidade. Lembrando que este conhecimento tem por característica a dinâmica da *faculdade de julgar*, promovendo uma diversidade de ações contingentes, tendo em vista o progresso da civilização.

Uma vez identificado que os exemplos não são recursos isento de direcionamento, vemos a importância de ressaltar o quão problemática pode ser a má aplicação dos exemplos.

⁵² *Antropologia*, prefácio, 119. Ao considerarmos este excerto, temos que o conhecimento que o ser humano adquire de si mesmo deve ser usado para o seu próprio desenvolvimento, portanto se utilizar das ações humanas tais como elas são descritas em exemplos levaria a um aprimoramento dessas ações. Lembrando que a finalidade é sempre o próprio homem.

“no tocante ao rigor e precisão dos conhecimentos do entendimento, os exemplos são, geralmente, mais prejudiciais que vantajosos, porque é raro cumprirem adequadamente a condição da regra (...) e enfraquecem, além disso, muitas vezes, o esforço do entendimento para apreender, em toda a suficiência, as regras em geral e independentemente das condições particulares da experiência, de tal modo que, por fim, nos habituamos a usá-las mais como fórmulas do que como princípios.” (CRP, p. 178).

As regras são necessárias para o *entendimento*. Porém, os *exemplos*, para o *entendimento*, assumem um papel danoso por possibilitarem que o rigor da regra seja quebrado. Por isso, não cabe ao entendimento o exame dos exemplos. Por outro lado, estes são fundamentais para a *faculdade de julgar* justamente por orientar a aplicação da regra em cada caso. Quando os exemplos são empregados de forma inadequada no *entendimento* isso possibilita que estes sejam tomados como regras em si mesmos, erro grave que impede a aplicação da regra de forma universal e que torna impreciso o resultado esperado.

Os exemplos, portanto, não podem ser utilizados sem critérios. Eles precisam primar por uma clareza de ideias e apontar para um objetivo. Caso contrário pode gerar uma má compreensão e uma aplicação inadequada⁵³. Lembrando que os exemplos não são tomados pelo *entendimento* como regras, mas uma vez que a *faculdade de julgar* os toma como regra aí se estabelece a possibilidade do equívoco.

⁵³ O inadequado se refere à intenção contida no exemplo.

É possível verificar quão danoso pode ser se tomarmos um exemplo como regra através de um dos exemplos da *Antropologia*:

“Foi assim que, no caso de uma pessoa que, por estar condenada à prisão, matou de desespero um filho, um certo juiz a declarou louca e, portanto, livre da pena de morte. – Pois dizia ele: quem de falsas premissas infere conclusões verdadeiras, está louco⁵⁴. Ora, aquela pessoa admitia como princípio que a pena de prisão é uma desonra indelével, pior que a morte (o que entretanto é falso), chegando daí à conclusão de que merecia a morte. – Por conseguinte, estava louca e, como tal, a pena de morte deveria ser anulada. – Com base nesse argumento seria bem fácil declarar loucos todos os criminosos, de quem se deveria ter pena e a quem se deveria curar, mas não castigar. (*Antropologia* nota 85, p. 112)”

Temos do excerto acima uma ótima demonstração de como é possível fazer de um exemplo uma regra ignóbil. Afirmar que de um caso particular devemos inferir necessariamente uma “sentença” universal é fazer uma leitura muito rasa dos exemplos kantianos. Não temos aqui um ensinamento rigoroso de como uma mãe deve proceder ao ser condenada, nem como o juiz deve julgar tal mulher, mas sim a expressão de

⁵⁴ O juiz entende que a mulher certamente estava louca porque esta acreditou que era preferível que seu filho morresse ao invés de ter que conviver com a desonra de ter uma mãe presa. O erro aqui se apresenta pelo fato da mãe tomar como regra –lógico– algo que na verdade está submetido ao tempo, aos costumes, portanto, às circunstâncias. Neste caso, o juiz a declara louca e a deixa livre. Outro erro, segundo, Kant uma vez que esta regra, se aplicada em outros casos, liberaria facilmente muitos outros criminosos de suas penas pela alegação de loucura.

como os erros de um raciocínio lógico aplicado a um julgamento circunstancial pode ser levado a uma conclusão bastante imprecisa.

Podemos identificar que, no presente caso, Kant aponta justamente para esse problema. Dada uma variável – com a condenação, a pessoa mata seu filho num ato desesperado – nem todos matam seus filhos quando são condenados, tão pouco poderíamos afirmar que, cedo ou tarde tais pessoas cometeriam tal atrocidade. E ainda tão pouco poderíamos afirmar que dessa situação teríamos a regra de que para ser absolvida a mãe necessariamente deve matar seu filho. Porém, se considerarmos esse ato singular de uma mãe desesperada, podemos inferir que mães que tenham um senso moral – socialmente falando – não admitiriam que seus filhos sejam expostos a uma realidade tão perversa e tentariam de diversas formas pouparem os seus filhos. Mesmo com esta leitura, não é possível fechar tal exemplo como regra, pois teríamos a variável da formação, da personalidade, do futuro etc.

Sem a ação da *faculdade de julgar* munida de informações que lhe permitam juízos e a formulação de regras, o *entendimento* fica prejudicado e, neste caso, a moralidade é comprometida. Com esse comprometimento a realização do fim último do ser humano também fica comprometida.

Ministrando o curso de *Antropologia* por trinta anos, Kant pode muito bem ter se colocado na situação daquele que forma indivíduos que serão replicadores de regras ou daqueles que serão capazes de apontar para novas possibilidades. Há quem possa objetar essa última hipótese apontando para o rigor kantiano tão fortemente verificável nas Críticas, neste caso estaria negando a possibilidade de relação entre estas e as

demais obras. Exagerando, estaria agindo como se procedesse uma divisão de Kant em dois diferentes autores, o que me parece absurdo. O referido rigor kantiano é empregado nas críticas com o intuito de tornar claras e objetivas as afirmações ali presentes. A maleabilidade da estrutura nas outras obras aponta para uma percepção de que para a compreensão deste rigor crítico é necessário uma formação daqueles que serão seus leitores.

Compreendendo o processo pedagógico, sabemos que a didática não se aplica sem variações. Temos públicos diferentes, humores diferentes, objetivos diferentes entre outras características particulares. Porém o que temos em comum é o professor que se dispõe a levar aos seus alunos um certo conteúdo.

Observando a *Antropologia*, de maneira geral, podemos dizer que o conteúdo a ser apresentado não está explícito, pois requer de seu leitor mais do que a habilidade da leitura. Requer, todavia, uma avaliação do caso apresentado e exige posteriormente uma capacidade de inferir de situações distintas um julgamento mais cuidadoso. Com os exemplos, o aluno pode verificar outras situações correspondentes em seu cotidiano e analisa-las e finalmente emitir um juízo. Pode-se levantar a hipótese de que ele nem faça uma correspondência, pois nunca vivenciara tal situação, mas no momento em que se vir diante de uma situação semelhante ou que o leve ativar sua memória ele poderá elaborar, por si mesmo, um juízo correspondente.

“Considera-se geralmente como fábula a antiga lenda a respeito dos russos, segundo a qual as mulheres suspeitavam que seus maridos estavam tendo caso com outras mulheres se, de quando em quando, não apanhassem deles.” (*Antropologia*, p. 200, nota 165)

Temos acima a afirmação do senso comum, em que as mulheres russas encaixam-se na descrição de indivíduos que consideram aceitável apanhar de seus maridos desde que isso lhes garanta a atenção desses e sua fidelidade. Ora, tal afirmação assume um aspecto caricato e possibilita uma interpretação preconceituosa, porém o exemplo continua com um relato de um caso particular, como segue:

“Mas nas viagens de Cook se pode ler que um marujo inglês, vendo um índio Otaheit bater na mulher, quis dar uma de galante e avançou sobre ele, ameaçando-o. A mulher se voltou no ato contra o inglês, perguntando-lhe que tinha a ver com isso! O homem tinha de fazer aquilo!” (Antropologia, p. 200, nota 165)

Caso particular este que oferece elementos de corroboração para o caso generalizado anteriormente. No entanto, se observarmos atentamente tanto um quanto outro veremos que há sempre uma questão que está por traz de cada um desses comportamentos. No primeiro caso, podemos dizer que o foco é o reconhecimento de uma ação de infidelidade que nem sempre se mostra verificável, mas causa diversos distúrbios sociais. No segundo, podemos verificar uma necessidade de preservação da unidade familiar mesmo que isso signifique uma indignidade pessoal. Ora, vemos que esse exemplo não tem como objetivo desmerecer a condição da mulher, mas pode apontar para o fato dela ser capaz de lidar com situações aparentemente limitadoras visando um fim – sua própria felicidade.

Destaco ainda a origem da observação do fato presente no exemplo citado, além da presença de uma certa ironia na narrativa kantiana. Kant trouxe-nos a narrativa de

um desbravador, James Cook, que hoje recebe os louros de que suas observações inauguram uma nova ciência: a antropologia. Porém, o olhar desse desbravador está voltado não para a observação das culturas nelas mesmas, mas sim num espelhamento de sua cultura sobre aquela que se incide o olhar.

Entretanto, no prefácio à *Antropologia*, Kant sinaliza para a dificuldade de uma antropologia e principalmente de uma antropologia pragmática. Essas dificuldades, afirma ele, são “intrínsecas à própria natureza humana”. Em resumo, são elas: 1. Da percepção de que se está sendo observado não se garante uma ação natural. 2. Da observação de si coloca-se numa situação crítica, ou dedica sua atenção ao que motiva a ação ou observa a ação e negligencia a motivação. 3. Os hábitos “dificultam o juízo do homem acerca de si e também do outro.” (prefácio *Antropologia*)

Cabe também destacar que Kant está muito longe de ser um desbravador ou um pesquisador de campo. “Viajar, ainda que seja apenas pela leitura de relatos de viagens, é um dos meios de ampliar o âmbito da antropologia.” (prefácio *Antropologia*)

Aqui surge uma nova possibilidade de reforçar a importância dos exemplos. Nós, por mais que tenhamos viajado e vivenciado situações cotidianas em diversas culturas, ainda assim não teríamos a oportunidade de vislumbrar exatamente os exemplos que Kant traz na sua *Antropologia*. Para compreendermos o que Kant está sugerindo nesses exemplos é preciso um exercício de transposição – no sentido de imaginar, trazendo a figura apresentada no exemplo para a nossa realidade. Se fizermos isso, tomando o exemplo acima, constataríamos o grande número de mulheres de nossa sociedade de sofrerem violência doméstica e não denunciam os seus maridos. Há quem veja motivo de troça nessa atitude e classifique essa mulher como “mulher de malandro”. Mas há quem observe nisso uma atitude cultural de submissão da mulher ao seu marido que ainda resiste em nossa sociedade. E ainda, pode-se observar o trauma

psicológico do julgamento do outro e do julgamento de si própria como culpada da sua situação.

Com isso, fica ainda mais evidente que Kant na *Antropologia* pretende universalizar a capacidade de julgamento livre de um fato⁵⁵, mais do que determinar um tipo de julgamento ideal. Fique claro, desde já, que a ideia de uma intenção está presente na *Antropologia*, mas essa intenção não se pretende massificadora das ações humanas.

Apesar de Kant não afirmar uma conduta massificada, há momentos na *Antropologia* em que ele faz exortações como, por exemplo, no §25.

“Jovem homem! Evita a saciedade (...), senão com o propósito estóico de se abster completamente dela, ao menos com o fino propósito epicurista de ter a perspectiva de uma fruição sempre crescente.” (Antropologia, §25, p.64)

Ou ainda no §63,

“Jovem! (eu repito), acostuma-te a amar o trabalho, recusa-te os contentamentos, não para renunciar a eles, mas para tanto quanto possível mantê-los sempre à vista.” (Antropologia, §63, p.134)

Eis dois pontos em que Kant aponta para um julgamento adequado, porém ele não se apresenta como regra e sim como uma orientação. De toda forma, neste ponto

⁵⁵ Quando afirmo que Kant pretende “universalizar a capacidade de julgamento livre de um fato” estou me referindo à saída da menoridade do “O que é o esclarecimento?”.

fica ainda mais clara a intenção de uma formação. Há neles um modelo adequado de pensamento e de conduta.

Disso temos que Kant aponta para a necessidade de uma prudência que norteará a faculdade de julgar.

Na *Crítica da Razão Pura* ele afirma que a faculdade de julgar “é o cunho específico do chamado bom senso, cuja falta nenhuma escola pode suprir.” (CRP, p. 177)

Se há o bom senso, as regras ou exortações serão adequadamente julgadas, não necessariamente seguidas e aplicadas. Este é o ponto. Kant demonstra que mesmo que a intenção seja o desenvolvimento e o progresso da liberdade do julgamento, deve haver uma orientação e, sobretudo esta também deve ser avaliada e não seguida cegamente.

Bibliografia

Obra Fundamental

1. KANT, I. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Tr. Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2009.
2. _____. *Anthropologie du point de vue pragmatique*. Trad. FOUCAULT, Michel, Paris: Vrin, 2008

Obras de Caráter Específico

BAUMGARTEN, A.G. *Estética A lógica da arte e do poema*. Petrópolis : Ed. Vozes, 1993.

1. PLEBE, A. *Manual de retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
2. REBOUL, O. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Bibliografia secundária

Obras de Kant

3. KANT, I. *Crítica da razão pura*. Tr. M. P. dos Santos e A. F. Morujão. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 4. ed., 1997
4. _____. *Escritos pré-críticos*. Tr. Jair Barboza; Joãozinho Beckenkamp; Luciano Codato; Paulo Licht dos Santos; Vinicius de Figueiredo. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.
5. _____. *Começo conjectural da história humana*. Trad. MENEZES, Edmilson, São Paulo: Editora da Unesp, 2009

6. _____. *Conjectures sur le commencement de l'histoire humaine*. In : _____. *Oeuvres Philosophiques*. Vol. II, Paris: Éditions Gallimard, 1985
7. _____. *Crítica da faculdade do juízo*. Trad. ROHDEN, Valério; MARQUES, António, 2a ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005
8. _____. *Crítica da razão prática*. Trad. ROHDEN, Valério, São Paulo: Martins Fontes, 2002
9. _____. *Crítica da razão pura*. Trad. SANTOS, Manuela P.; MORUJÃO, Alexandre F., 2a ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989 158
10. _____. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tr. Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2005.
11. _____. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Tr. Ricardo Naves e Ricardo R. Terra. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
12. _____. *Manual dos cursos de lógica geral*. Trad. CASTILHO, Fausto, Campinas: Ed. da Unicamp, 2003
13. _____. *Opuscles sur l'Histoire*. Tr. Stéphane Piobetta, Paris: Flammarion, 1990.
14. _____. *Resposta à pergunta: Que é Esclarecimento?*. In: _____. Textos seletos. 3a ed., Petrópolis: Vozes, 2005
15. _____. *Sobre a Pedagogia*. Trad. Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: UNIMEP, 1999.
16. _____. *À paz perpétua e outros opúsculos*. Tr. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008.
17. _____. *Prolegómenos a toda a metafísica futura*. Tr. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008.
18. _____. *A religião nos limites da simples razão*. Tr. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008.

Obras de comentadores

19. ALQUIÉ, F. *La critique kantienne de la métaphysique*. Paris : PUF, 1968.
20. BANHAM, Gary. *Kant's practical philosophy: From Critique to Doctrine*. New York: Palgrave Macmillan, 2006
21. BECK, L. W. *A commentary of Kant's critique of practical reason*. Chicago: University Press, 1963.
22. CASSIRER, E. *Kant, vida y doctrina*. Tr. Wenceslao Roces. México: Fondo de Cultura Econômica, 2003.
23. DELBOS, V. *La philosophie pratique de Kant*. Paris :Félix Alcan, 1905.
24. _____. *La philosophie morale de Kant*. Paris : Vrin, 1972.
25. DELEUZE, G. *A Filosofia crítica de Kant*. Lisboa : Edições 70, 1987.
26. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990 160
27. FERRARI, Jean. *Les sources françaises de la philosophie de Kant*. Paris: Librairie Klincksieck, 1979
28. FOUCAULT, Michel. *Introduction à l'Anthropologie*. Paris: Vrin, 2008
29. _____. *Introdução à Antropologia de Kant*. Trad. GABBI Jr, Osmyr Faria, mimeo.
30. _____. *O que é o Iluminismo*. In: _____. *Ditos e Escritos*. Vol. II, 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005
31. GIANNOTTI, José Arthur. *Kant e o espaço da história universal*. In: KANT, I. *Idéia de uma História Universal de um Ponto de vista Cosmopolita*. 2a ed., São Paulo: Martins Fontes, 2003
32. LEBRUN, G. *Kant e o fim da metafísica*. Tr. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São

- Paulo: Martins Fontes, 2002
33. _____. *Uma escatologia para a moral*. In: KANT, I. *Idéia de uma História Universal de um Ponto de vista Cosmopolita*. 2a ed., Martins Fontes: São Paulo, 2003
 34. _____. *Une téléologie pour l'Histoire?: La première proposition de l'Idée d'une histoire universelle*. In: CLAVIER, Paul; WOLFF, Francis (orgs.). *Kant sans kantisme*. Fayard, 2009 161
 35. _____. TORRES FILHO, Rubens R. (org.). *Sobre Kant*. São Paulo: Iluminuras e EdUSP, 1993
 36. PHILOMENKO, A. *L'Oeuvre de Kant*. 2 vol. Paris: PUF, 1969-1972.
 37. PIMENTA, Pedro P. G. *A antropologia na encruzilhada*. Cadernos de Filosofia Alemã, São Paulo, vol. IX, Jan-Jun 2007
 38. _____. *A arte de ler Kant*. Jornal de Resenhas. Discurso Editorial, n. 8, pp. 20-1, março de 2010
 39. _____. *Kant e a estrutura orgânica da razão*. DoisPontos, Curitiba e São Carlos, vol. 5, n. 1, pp.123-138, abril de 2008
 40. _____. *Reflexão e moral em Kant*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004
 41. ROHDEN, V. *Interesse da razão e liberdade*. São Paulo: Ed. Ática, 1981.
 42. SANTOS, Leonel Ribeiro dos. *Metáforas da razão ou economia poética do pensar kantiano*. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian e Junta nacional de investigação científica e tecnológica, 1994 162
 43. SUZUKI, Márcio. *Apresentação*. In: KANT, I. *Introdução à Antropologia (semestre de inverno 1781/82)*. Discurso, São Paulo, n. 38, pp.246-61, 2008
 44. _____. *O homem do homem e o eu de si mesmo*. Discurso, São Paulo, n. 30, pp.25-61, 1999

45. TERRA, Ricardo R. *Algumas questões sobre a filosofia da história em Kant*. In: KANT, I. *Idéia de uma História Universal de um Ponto de vista Cosmopolita*. 2a ed., São Paulo: Martins Fontes, 2003
46. _____. *Passagens: Estudos sobre a filosofia de Kant*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003
47. TORRES FILHO, R. *Ensaio de filosofia ilustrada*. São Paulo: Iluminuras, 2004.
48. _____. *Dogmatismo e antidogmatismo: Kant na sala de aula*. Rio de Janeiro. Rv. TB, 1987.